

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

ELAINE MARISA ANDRIOLLI

**MULHERES NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E RURAL:
TRAJETÓRIA NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA NOROESTE COLONIAL (RS)**

Porto Alegre

2018

ELAINE MARISA ANDRIOLLI

**MULHERES NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E RURAL:
TRAJETÓRIA NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA NOROESTE COLONIAL (RS)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof. Dra. Rumi Regina Kubo

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

ANDRIOLLI, ELAINE MARISA
MULHERES NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E RURAL:
TRAJETÓRIA NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA NOROESTE
COLONIAL (RS) / ELAINE MARISA ANDRIOLLI. -- 2018.
86 f.
Orientador: RUMI KUBO.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Desenvolvimento Territorial.. 2. Mulheres
Rurais. . 3. Empoderamento.. 4. Políticas públicas.
I. KUBO, RUMI, orient. II. Título.

ELAINE MARISA ANDRIOLLI

**MULHERES NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E RURAL:
TRAJETÓRIA NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA NOROESTE COLONIAL
(RS)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Rumi Regina Kubo – Orientadora
UFRGS

Dra. Potira Viegas Preiss
PGDR-UFRGS

Prof^a. Dra. Gabriela Peixoto Coelho de Souza
UFRGS

Prof. Dr. Antônio Joreci Flores
UFSM

Às mulheres do Território da Cidadania Noroeste Colonial,
com gratidão, respeito e carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao universo, por tantas oportunidades que tive até aqui. Agradeço todas as pessoas maravilhosas que tenho encontrado em minha vida, que mesmo antes de fazer a seleção do mestrado, me incentivaram a não desistir de meus objetivos. Agradeço pelo carinho e apoio de sempre, que de uma forma ou de outra, contribuíram para que esse sonho fosse possível.

À minha mãe Noemia, que mesmo sem entender as minhas tantas viagens, as minhas noites em claro, sempre falava: “*o conhecimento ninguém vai te tirar e se você acredita que tem que ir, então vá*”. Obrigada por abdicar de muitas coisas para proporcionar a mim a oportunidade que não teve. Amo muito a Senhora!

Gratidão eterna aos meus filhos amados, Murilo e Bruno, pela compreensão e carinho que dispenderam a mim em todos os momentos. Perdoem-me por não estar presente em diversos momentos nestes últimos três anos.

Ao meu esposo Claudemir, minha gratidão pela compreensão e apoio.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pela oportunidade de acessar o ensino público e gratuito e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) pela oportunidade de estudar e adquirir conhecimentos, permitindo ampliar meus horizontes acadêmicos e pessoais.

A minha orientadora, Rumi, agradeço por todo trabalho dedicado para construção dessa dissertação. Obrigada por acreditar em minha capacidade. Sou grata pela forma com que conduziu o processo de orientação, buscando adaptar a pesquisa com o que estava dentro das minhas possibilidades, sendo amiga e compreensiva.

A professora Gabriela pelo seu coração grande, pela confiança e saberes partilhados.

Aos amigos e amigas que me encorajaram a fazer este mestrado, com várias conversas nos momentos de desespero quando me sentia insegura, e também, gratidão pela ajuda financeira que recebi de vocês.

Aos colegas da minha turma de mestrado e do PGDR pelas vivências compartilhadas, amizade e, principalmente, pelas mensagens de otimismo e carinho nos momentos não tão bons que passei.

A todos os professores e professoras do PGDR que contribuíram nesse processo de aquisição de conhecimento, muito obrigada. A Dani, Macarena e Ana Paula, pelo apoio e pelas orientações administrativas.

Aos meus colegas de trabalho no Território, em especial ao professor Flores que coordenou o NEDET, ao qual agradeço imensamente por esta caminhada, a professora Alice,

por ter contribuído no dia a dia de pesquisa e trabalho junto ao Território e Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) durante esses dois anos e meio. Gratidão a vocês pelas experiências compartilhadas. Agradeço aos colegas de assessoria, Viviane, Jesson e Loreci, por todos os momentos de aprendizado e vivências no Território.

Obrigada a todas e todos os atores sociais do Território da Cidadania Noroeste Colonial, que são os grandes protagonistas dessa dissertação, muito obrigada pelos saberes compartilhados. Faço um agradecimento especial a Dona Brasília, mulher indígena, guerreira, batalhadora que foi a grande inspiração para a escrita desse trabalho. Agradeço a Marcia Muller, coordenadora do CODETER, por todo o apoio do trabalho no Território.

Gratidão!!

RESUMO

A presente dissertação tem por objeto de estudo o Território da Cidadania Noroeste Colonial (TCNORC) que em 2008 foi reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) diretamente como Território da Cidadania integrado ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT). A pesquisa situa seu olhar nas dimensões do empoderamento das mulheres definidas pelo documento elaborado no Fórum Econômico Mundial, mais precisamente na dimensão do empoderamento político que diz respeito não só a representação equitativa de mulheres em estruturas de tomada de decisão, tanto formais quanto informais, mas também ao seu direito à voz na formulação de políticas que afetam a sociedade na qual estão inseridas. O trabalho objetiva analisar as relações que se constroem entre os agentes que definem uma determinada conformação e implementação das políticas de gênero, e de que forma essas, no âmbito da política de desenvolvimento territorial, contribuem para o processo de empoderamento das mulheres que protagonizam a concertação social do PRONAT no Território da Cidadania Noroeste Colonial (TCNORC). Especificamente buscou-se caracterizar os atores protagonistas do território, delineando a participação das mulheres, compreender o processo de implementação da política de gênero com as comunidades tradicionais existentes no Território, e também, elucidar as relações construídas com o processo de intervenção através das políticas públicas de gênero implementadas e assessoradas pelo NEDET no TCNORC. Durante a pesquisa foram analisados alguns momentos, que se referem as principais atividades protagonizadas pelas mulheres, sendo: a Conferência Territorial de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Conferência Territorial de Políticas para as mulheres; Encontro Regional de Gênero e as discussões e disputas das propostas de investimento do Programa de Infraestrutura (PROINF). Esse processo de imersão junto ao objeto de estudo se deu pelo fato de a autora dessa dissertação ter feito parte da equipe do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET) que assessorou o Colegiado Territorial do TCNORC. Percebe-se que os esforços para garantir a participação das mulheres nos espaços de discussões, conseguiu favorecer o empoderamento das mesmas. Contudo, precisa-se dar continuidade, pois é nesses espaços que se formam as porta-vozes e que vão surgindo novas ideias e construções coletivas.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial. Mulheres rurais. Empoderamento. Políticas públicas

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to study the Territory of Colonial Northwest Citizenship (TCNORC), which in 2008 was recognized by the Ministry of Agrarian Development (MDA) directly as Territory of Citizenship integrated into the National Program for the Sustainable Development of Rural Territories (PRONAT). The survey focuses on the dimensions of women's empowerment as defined by the World Economic Forum document, more precisely on the dimension of political empowerment, which concerns not only the equitable representation of women in decision-making structures, both formal and informal, but also to their right to voice in the formulation of policies that affect the society in which they are inserted. The objective of this study is to analyze the relations that are built between the agents that define a certain conformation and implementation of the gender policies, and how, in the context of the territorial development policy, they contribute to the process of empowerment of the women who lead the consultation of PRONAT in the Territory of Colonial Northwest Citizenship (TCNORC). Specifically, the aim was to characterize the protagonist actors in the territory, outlining the participation of women, understanding the process of implementing gender policy with traditional communities in the Territory, and elucidating the relations built with the intervention process through public policies implemented and advised by NEDET in the TCNORC. During the research, a few moments were analyzed, which refer to the main activities carried out by women, being: the Territorial Conference on Technical Assistance and Rural Extension (ATER), Territorial Conference on Policies for Women; Regional Gender Meeting and the discussions and disputes of the investment proposals of the Infrastructure Program (PROINF). This process of immersion along the object of study was due to the fact that the author of this dissertation was part of the Nucleus of Extension and Territorial Development (NEDET) that advised the TCNORC Territorial Collegiate. It can be seen that efforts to ensure the participation of women in the spaces of discussions have succeeded in favoring the empowerment of women. However, it is necessary to give continuity, because it is in these spaces that the spokesmen are formed and new ideas and collective constructions arise.

Keywords: Territorial development. Rural women. Empowerment. Public policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Área geográfica do Território da Cidadania Noroeste Colonial/RS	19
Figura 2 - Estrutura de Governança Territorial	26
Figura 3 - Estrutura do Colegiado de Desenvolvimento Territorial – CODETER	27
Figura 4 - Composição do CODETER do Território da Cidadania Noroeste Colonial	29
Figura 5 - Composição do CODETER com as Câmaras setoriais	30
Figura 6 - Composição do CODETER do território da Cidadania Noroeste Colonial.....	303
Tabela 1 - Evolução do PROINF investidos de 2003 a 2015 no TCNORC.....	34
Figura 7 – Projetos apoiados no TCNORC via PROINF 3003-2015.....	33
Figura 8 – Atuação dos NEDETs nos Territórios.....	35
Figura 9 – Diretoria de políticas públicas para as Mulheres Rurais no âmbito do MDA.....	38
Quadro 1 - Atividades desenvolvidas pelo NEDET NORC com a participação das mulheres	Erro! Indicador não definido.
Quadro 2 -Composição do Comitê Territorial de Mulheres do Território da Cidadania Noroeste Colonial	49
Figura 10 - (A) Reunião do Comitê Territorial de Mulheres na sede do NEDET Palmeira das Missões-RS; (B) Reunião do Comitê Territorial de Mulheres no município de Ijuí-RS	42
Quadro 3 - Propostas por Eixo Temático discutido na I Conferência Territorial de Políticas para as Mulheres, Campo Novo, RS.....	55
Figura 11 – A) Reunião do Comitê Territorial de Mulheres na sede do NEDET Palmeira das Missões-RS; (B) Reunião do Comitê Territorial de Mulheres no município de Ijuí-RS	51
Figura 12 – Encontro Mutiterritorial de Gênero, Cidadania e Participação Social.....	561
Figura 13 – Reunião de Criação do Coletivo Mulheres Fortes da Terra Indígena Gusrita/RS	577
Figura 14 - Encontro Estadual das mulheres Indígenas, na Terra Indígena Guarita/RS.....	68
Figura 15 - Brasília Ribeiro Freitas: auto- relato da trajetória de vida, no Encontro Estadual de Mulheres, realizado no Auditório do Incra/ MDA em Porto Alegre/RS, em março de 2016 ..	71

LISTA DE SIGLAS

AMUCELEIRO	Associação dos Municípios da Região Celeiro
AMUPLAM	Associação dos Municípios do Planalto Médio
ATER	Assistência Técnica Territorial
ATGE	Assessora Territorial de Gênero
ATGS	Assessora Territorial de Gestão Fiscal
ATIP	Assessor Territorial de Inclusão Produtiva
CAI	Células de Acompanhamento e Informação
CNPM	Conferência nacional de Políticas para as Mulheres
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
Cooperfamiliar	Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Tenente Portela
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DPMR	Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NEDETs	Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PBSN	Programa Brasil Sem Miséria
PGDR/UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
PNAISM	Política nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PNNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
POA	Perspectiva Orientada ao Ator
PROINF	Ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PTC	Programa Territórios da Cidadania
PTDRS	Plano Territorial do Desenvolvimento Rural Sustentável
SAEMI	Serviço de Atendimento Especializado à Mulher de Ijuí

SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SIT	Sistema de Informações Territoriais
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
TCNORC	Território da Cidadania Noroeste Colonial
TI-Guarita	Terra Indígena Guarita
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 A ABORDAGEM TERRITORIAL E O LOCAL DE ESTUDO	13
1.2 PROBLEMA E OBJETIVOS	20
1.3 CAMINHO METODOLÓGICO	21
1.4 PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR (POA).....	223
2 GESTÃO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA NOROESTE COLONIAL E O PROINF.....	255
2.1 GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CODETER: OS ARRANJOS POLÍTICOS- INSTITUCIONAIS DA GESTÃO TERRITORIAL DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA NOROESTE COLONIAL.....	25
2.2 O CODETER DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA NOROESTE COLONIAL	28
2.3 AÇÕES DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS - PROINF.....	33
2.4 APOIO AO COLEGIADO TERRITORIAL: A ASSESSORIA DO NEDET	38
2.4.1 Políticas de Gênero no Território da Cidadania Noroeste Colonial.....	40
2.4.1.1 politicas publicas para as mulhers.....	41
2.4.2 Empoderamento como estratégia de inclusão de mulheres.....	433
3 MULHERES NO TERRITÓRIO NORC: ALINHAVANDO SONHOS, CONSTRUINDO ESPAÇOS.....	46
3.1 ORGANIZAÇÃO DO COMITÊ TERRITORIAL DE MULHERES E DIVISÃO TERRITORIAL.....	47
3.2 CONFERÊNCIA TERRITORIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES ...	544
3.2.1 Imagens da 1ª Conferência Territorial de Políticas para as Mulheres.....	56
3.3 PRIMEIRO ENCONTRO MULTITERRITORIAL DE GÊNERO, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: ATORES SOCIAIS EM MOVIMENTO	58
3.3.1 Imagens para pensar a diversidade.....	60
3.4 MOBILIZAÇÕES DAS MULHERES INDÍGENAS NA LUTA POR DIREITOS - COLETIVO DE MULHERES INDÍGENAS	62
3.4.1 Mobilizações das mulheres indígenas brasileiras na luta por direitos	64
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS.....	77
ANEXO A – CONVITE PARA O ENCONTRO DE ORGANIZAÇÃO DO COMITÊ DE MULHERES DO COLEGIADO TERRITORIAL.....	83
ANEXO B – CARTA DE APRESENTAÇÃO DO COMITÊ TERRITORIAL DE MULHERES.....	84
ANEXO C – CONVITE I CONFERÊNCIA TERRITORIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES	866

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação faz parte de uma longa caminhada, com diversos obstáculos e escolhas que foram sendo feitas. O início desta caminhada é importante dizer que foi bem anterior à elaboração do projeto de pesquisa para o Mestrado em Desenvolvimento Rural, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Minha formação acadêmica em Administração, e também por ter experiência prática na área contábil, sempre esteve voltada à gestão das organizações. No ano de 2013, tive a oportunidade de passar em um processo seletivo para professor substituto na Universidade Federal de Santa Maria, campus de Palmeira das Missões, para ministrar a disciplina de Contabilidade nos cursos de graduação em Administração e Ciências Econômicas. Foi minha primeira aproximação com o meio acadêmico, como docente em nível de graduação, e foi a oportunidade de estar entre professores pesquisadores, de poder participar de projetos de pesquisas e atividades de extensão.

No decorrer do ano de 2014, recebi o convite de um professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que atuava em grupo de pesquisa, para contribuir na elaboração de uma proposta de projeto de extensão para a chamada pública nº 11/2014, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A Chamada visava a implementação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs) por meio de ações de extensão e pesquisa, envolvendo o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das iniciativas de desenvolvimento territorial. Em leitura prévia da chamada, percebi que esta tinha uma atenção especial à superação das desigualdades de renda e gênero e que um dos eixos de trabalho teria o foco nas mulheres, com previsão de garantia de participação em reuniões e atividades previstas.

Esta foi a aproximação inicial com a abordagem territorial, pois, até então não era de meu conhecimento que o Brasil tinha divisão territorial e, muito menos, que o município onde eu residia e trabalhava já tinha ações com esta abordagem desde o ano de 2003. Talvez pela trajetória profissional até aquele momento e, também, pelo grupo de convivência no qual estava inserida, não fosse possível compreender e, até mesmo, enxergar outras possibilidades e as formas de organização social, principalmente, no meio rural. O fato é que, a partir da imersão para a construção da proposta, uma curiosidade pessoal começou a crescer, relacionada à ideia de injetar recursos públicos para “garantir” a participação das mulheres, e isso foi levando à aproximação cada vez mais para às questões rurais com ênfase na inclusão de mulheres, tanto

recomendada na chamada 11/2014.

Passando a fase das análises, veio o resultado de que a proposta do projeto de extensão havia sido aprovada e que as atividades deveriam ser iniciadas o mais breve possível. Para minha surpresa, veio o convite para participar das ações de extensão daquela proposta, agora como assessora territorial de gênero. Apesar de já ter passado por experiências de trabalhar com mulheres rurais em outras oportunidades, como nas cooperativas de crédito que atuei, este seria um grande desafio, pois seria no setor público e para mim, uma nova abordagem. Porém, o fato de estar inserida em grupos de pesquisa junto aos professores na UFSM e o apoio do grupo proponente fortaleceram-me para a atuação.

Toda esta caminhada e a aproximação com as questões do rural levaram-me a iniciar o curso de mestrado em desenvolvimento rural, o que, de certa forma, veio a aumentar ainda mais as inquietações. Isto porque a formação multidisciplinar, proposta do curso, faz com que você saia da “caixinha” de conhecimentos que você pensa que tem, pois, os espaços de reflexões críticas vão se ampliando e aumentando o seu potencial, fazendo cada vez mais sentido e mostrando as suas potencialidades. Neste sentido, esta dissertação, tem o intuito de contribuir com os estudos em desenvolvimento rural, evidenciando a trajetória que as políticas públicas de desenvolvimento territorial proporcionaram às mulheres do Território Noroeste Colonial do Estado do Rio Grande do Sul.

1.1 A ABORDAGEM TERRITORIAL E O LOCAL DE ESTUDO

Conforme Brito (2017) a abordagem territorial ganhou importância na formulação das políticas públicas brasileiras direcionadas aos espaços rurais, a partir da década de 90, em consequência das políticas liberais, reforma ou reconstrução do Estado e da abertura econômica. O autor destaca que esta nova abordagem relaciona-se ao que está previsto Constituição Federal de 1988, em seus artigos 204 e 227, que preconiza a legitimidade da luta pela democratização da gestão pública, ao assegurar a participação da população, por meio de organizações representativas, no processo de formulação e controle das políticas públicas em todos os níveis da gestão (municipal, estadual e federal).

Neste sentido, a democratização da gestão pública passa a ter novos modos na condução das políticas territoriais reforçando a necessidade fundamental da participação da sociedade desde o planejamento até a execução das políticas governamentais (BRITO, 2017).

A abordagem territorial pauta-se por uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes e políticas públicas. Essa abordagem considera a redução das

desigualdades, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento, a valorização da cultura local e a como objetivos primordiais a serem atingidos (BRASIL, 2005). Neste contexto, verifica-se que a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), órgão integrante do MDA criado em 2003, desenvolveu uma estratégia que visava a promoção e apoio as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos nos territórios rurais, visando o desenvolvimento sustentável, com redução das desigualdades regionais e sociais e integração das dinâmicas territoriais ao processo de desenvolvimento nacional, e entendendo o Brasil Rural como espaço de produção econômica, convívio social e de relação com a natureza busca superar a falsa dicotomia entre urbano e rural a partir da abordagem territorial (BRASIL, 2005).

Schneider (2004, p. 12) destaca que a emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural pressupõe que:

[...] o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território. Mas não se trata apenas do entendimento teórico e abstrato, pois esta perspectiva também propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes nesses espaços encontram-se nele mesmo.

Perico (2009, p. 29) ressalta que a adoção da abordagem territorial como referência para estratégia ao desenvolvimento rural se apoia pelo menos em quatro aspectos:

- a) o rural é mais do que o agrícola, mais que um setor econômico, e as áreas rurais são definidas por suas características espaciais, apresentam menor densidade e maior peso dos fatores naturais quando comparadas às áreas urbanas;
- b) a escala municipal é restrita para o planejamento e a organização dos esforços de promoção do desenvolvimento;
- c) a escala estadual é bastante ampla para conseguir cuidar da heterogeneidade e das especificidades locais, que devem ser mobilizadas em prol de iniciativas de desenvolvimento (por isso, a descentralização é necessária, face às políticas públicas, enquanto articulação de competências e atribuição de espaços e de atores nos diferentes níveis territoriais);
- d) o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre as pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizados e convertidos em eixo central para a definição de iniciativas orientadas ao desenvolvimento.

Neste contexto, é importante considerar que a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento busca integrar políticas no território, pois nele se combinam a proximidade social que favorece a solidariedade e a cooperação, com a diversidade de atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, destacando a articulação das entidades, cooperativas, entidades representativas da agricultura familiar, entidades de assistência técnica

e extensão rural, assentamentos, grupos de mulheres e demais grupos existentes no Território (BRASIL, 2009).

No Brasil, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) no ano de 2003, foi a primeira política pública com a abordagem territorial, e foi elaborado para atender áreas de pobreza rural, formadas por um público específico, sendo agricultores familiares, assentados de reforma agrária e populações tradicionais (ZIMMERMANN, 2018). A autora destaca outras duas políticas públicas de combate a pobreza que foram o Programa Territórios da Cidadania (PTC) de 2008, que falaremos mais adiante e o Programa Brasil Sem Miséria¹ (PBSM) de 2012.

O Governo Federal brasileiro define oficialmente território como:

[...] espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, 2005).

Assim, o território envolve um processo de interação entre o espaço e a ação humana, que se expressa na forma de uso e nas alterações que o agir dos indivíduos produz sobre a base física e natural em que se encontra. Trata-se, portanto, de uma construção (SCHNEIDER, 2004). No entanto, Haesbaert (2007) ressalta que o Território, relaciona-se com poder, mas não apenas o tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação. Para Saquet (2010, p. 34) as relações de poder são um componente indispensável na efetivação de um território, sempre ligado ao controle e a dominação social.

Para Haesbaert e Limonad (2007) o homem nasce com o território, e vice-versa; o território nasce com a civilização. Caberia dizer que os atores, ao tomarem consciência do espaço em que se inserem e ao se apropriarem ou, em outras palavras, cercarem este espaço, constroem e, de alguma forma, passam a ser construídos pelo território.

Tal concepção se assemelha com a perspectiva de Milton Santos, que compreende que o território usado é uma categoria de análise.

¹ Inserção das famílias em situação de pobreza, em uma rota sustentável de acesso ao conjunto mais amplo de políticas públicas de desenvolvimento rural. Por meio de ações específicas do Plano Brasil Sem Miséria, e de ações articuladas ao Plano, as famílias rurais em situação de pobreza passam a acessar os programas de transferência de renda, ampliam sua infraestrutura produtiva, elevam a produtividade, geram excedentes, comercializam a produção nos mercados públicos e privados e começam a se inserir nas dinâmicas econômicas territoriais (BRASIL, 2012).

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 8).

Neste sentido, Santos (1999) se refere ao território como espaço construído através da atuação dos atores sobre os mesmos, constituindo-o os espaços o qual pode ser dado a ele uma definição de acordo com seu uso. Nesta perspectiva, a noção de território é assumida como uma estratégia para o engajamento e a construção do desenvolvimento rural, visto como forma de inclusão produtiva, através da articulação de políticas públicas destinadas ao meio rural, e principalmente, considerado como espaço que perpassa os limites geográficos, evidenciando a participação social nas construções, no desempenho e na proposição de políticas públicas (BRASIL, 2015). Maiores que o município e menores que o estado, os territórios buscaram abarcar, de uma forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade.

No ano de 2003 através do PRONAT, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que promoveu a implementação de Territórios Rurais em praticamente todas as regiões do país (DELGADO; LEITE, 2015).

Os Territórios Rurais são compreendidos como estratégia da SDT para nortear as políticas públicas para o setor agrícola nacional, especialmente naqueles ligados à agricultura. Para que seja constituído um território e incorporado ao programa Territórios Rurais alguns critérios foram estabelecidos, tais como: o máximo de 80 habitantes por km², não ultrapassando a 50 mil pessoas por município; ter uma representação consolidada da sociedade civil e do poder público; e possuir um conselho estadual rural sustentável, capaz de analisar as questões levantadas pelos municípios. Cabe a Secretaria de Desenvolvimento Territorial verificar e absorver os novos territórios, além da submissão da inclusão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Em 2015 foi acrescentado mais um critério: se um território tiver um percentual superior a 50% de estabelecimentos da agricultura familiar, ele pode ser incorporado ao programa, mesmo que ultrapasse os 80 habitantes por km² (BRASIL, 2015).

Em sequência, em 2008, cria-se o Programa Território da Cidadania (PTC) com a finalidade de atender a agricultura familiar e minimizar o problema da pobreza rural sob a perspectiva da abordagem territorial. O PTC foi determinado pelo Índice de Desenvolvimento

Humano (IDH), partindo-se das necessidades identificadas nesses índices, como carentes de políticas públicas de inclusão social. Neste sentido, o Programa Território da Cidadania é compreendido como:

[...] uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações (BRASIL, 2008).

A partir de 2009, o MDA passou a organizar chamadas públicas para identificar estruturas de pesquisa e ensino, com objetivo de organizar núcleos que pudessem contribuir com as políticas dos territórios rurais ou da cidadania. Em 2009 a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, em parceria com o CNPq realizou uma chamada pública (N. 5/2009) com a intenção de primeira iniciativa de unir instituições de ensino com o poder público por meio do edital conjunto para apoiar a constituição e execução do Projeto Células de Acompanhamento e Informação (BRASIL, 2009). De acordo com a chamada pública, esta iniciativa teve por objetivo articular institucionalmente e operacionalmente as Universidades, os Territórios e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial para o estabelecimento do Sistema de Gestão Estratégica do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, estimulando o desenvolvimento dos processos de acompanhamento, avaliação e informação nos territórios por meio de Células de Acompanhamento e Informação (CAI)², assim como a execução de atividades de interesse dos pactuantes que convergiram para o esforço comum de geração e sistematização de conhecimentos, o desenvolvimento de capacidades humanas e organizacionais, o desenvolvimento dos territórios rurais e o aperfeiçoamento da gestão e dos investimentos públicos.

No ano de 2014, através da chamada pública 11/2014, o CNPq, o MDA e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) propõem a implementação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETS) apoiando as iniciativas, no âmbito do Programa

² De acordo com a Chamada nº 05 do MDA/SDT/CNPq (2009) CAI seriam unidades administrativas com funções de coletar e registrar nas bases do sistema, sobretudo, dados relacionados com os seus primeiros cinco componentes (territórios, atores, planos, projetos e colegiados). Isto é, a Célula de Acompanhamento e Informação coletará e registrará dados sobre: I) informação básica, caracterização e tipologias dos territórios; II) redes de colaboradores e parceiros existentes e número e tipo de organizações existentes no território; III) desempenho dos colegiados, agenda dos colegiados e seus integrantes; IV) Plano de Desenvolvimento Territorial registrando o número e tipo de atores que participaram na sua elaboração, o processo metodológico, os projetos definidos e a síntese do plano que alimenta o caderno territorial; V) acompanhamento e avaliação de projetos desde a elaboração da proposta até sua sistematização.

Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável do Desenvolvimento Solidário e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres do meio rural, do MDA. Conforme o programa, esta iniciativa representou a aproximação das instituições públicas de ensino da realidade regional, com o objetivo principal de identificar e produzir dados, informações, conhecimentos, difundindo métodos e tecnologias sociais, como instrumentos de monitoramento, avaliação e assessoria aos Territórios para acompanhamento das ações, com especial atenção à superação das desigualdades de renda e gênero, por meio da articulação institucional e operacional de Universidades Públicas Federais e Estaduais, Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, das instâncias de gestão social dos Territórios Rurais, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do MDA e da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (BRASIL, 2015).

Trata-se de um programa de grande amplitude, visto que no Rio Grande do Sul foram estabelecidos 18 Territórios, entre as categorias Territórios Rurais e da Cidadania, significando mais de 80% da abrangência do Estado (BRASIL, 2015).

Neste contexto, o território se apresenta como estratégia para o planejamento e construção do desenvolvimento rural, sendo caracterizado como um processo de inclusão social e produtiva, através da articulação das políticas públicas para o meio rural. Entretanto, as conformações dessa política enfrentam desafios para sua efetividade e implementação, dentre os quais, está o recorte geográfico adotado para cada Território, bem como, o atendimento às demandas dos atores sociais ali estabelecidos, com diversidade de cultura, relações, economia de cada município, o que é de fundamental importância para a continuidade dos projetos de desenvolvimento dos Territórios.

Para isso, considerando que os Territórios são espaços vividos, com história, estratégias de cooperação e também de conflitos, é necessário que se estabeleça estratégias de governança para atingir os objetivos de desenvolvimento coletivo. Estes espaços dos Territórios protagonizam e comportam grupos de atores sociais, instituições, coletivos, interesses e ideias que conformam uma arena onde as intervenções necessitam de negociações e transformações no âmbito das execuções, de modo que se identifiquem com o contexto internamente estabelecido.

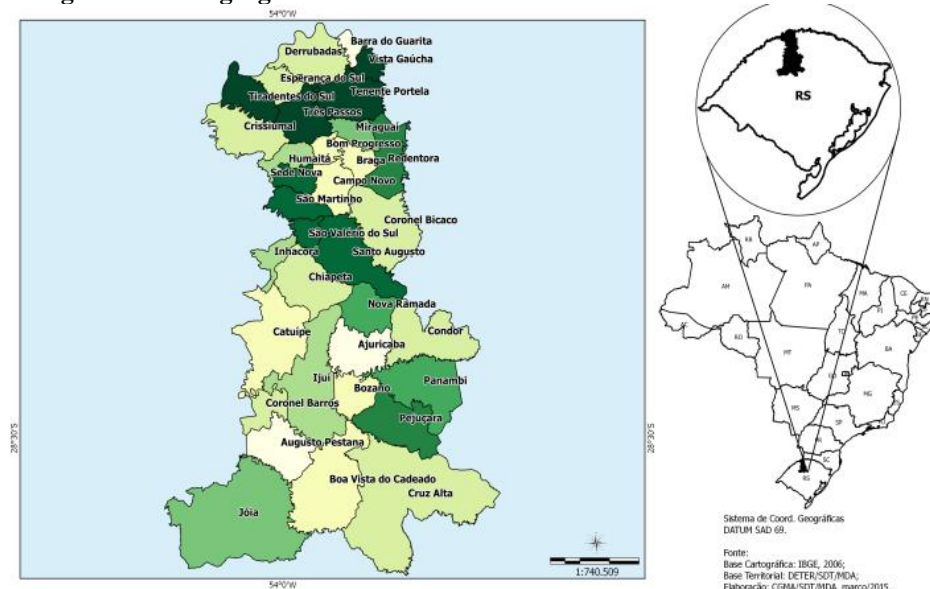
O Território da Cidadania Noroeste Colonial, nesta dissertação citado como TCNORC – recorte espacial para a realização do presente estudo – foi criado em 2008, a partir das políticas públicas de Desenvolvimento Territorial implementadas pelo Governo Federal, com a intenção de integrar agentes sociais de diferentes entidades do território que tinham como objetivo construir e traçar estratégias para o desenvolvimento sustentável local, com foco na agricultura

familiar e públicos especiais do MDA, como: Mulheres Rurais; Juventude Rural; Indígenas; Assentados e Reassentados da Reforma Agrária e de Barragens (BRASIL, 2015).

Conjuntamente, com a existência do Território, foi criado o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER). Este conselho deliberativo pauta-se pela participação popular, com representação das instituições associativas, poder público e sociedade civil formando, deste modo, um espaço de debates sobre políticas públicas que sejam capazes de atender as necessidades específicas de cada território, possibilitando à sociedade um espaço participativo na construção de projetos e políticas públicas que sejam capazes de integrar propostas de diferentes setores da sociedade.

Conforme informações do MDA/SDT (BRASIL, 2015), o Território da Cidadania do Noroeste Colonial/RS, abrange uma área de 13.334,30 quilômetros quadrados e é composto por 34 municípios (Figura 1): Ajuricaba, Augusto Pestana, Barra do Guarita, Boa Vista do Cadeado, Bom Progresso, Bozano, Braga, Campo Novo, Catuipe, Chiapeta, Condor, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Crissiumal, Cruz Alta, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Inhacorá, Ijuí, Jóia, Miraguai, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara, Redentora, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos e Vista Gaúcha.

Figura 1 - Área geográfica do Território da Cidadania Noroeste Colonial/RS



Fonte: SDT/MDA, 2015, adaptado pela autora.

Neste contexto, romper com as relações de desigualdades entre homens e mulheres em alguns espaços ainda é árdua tarefa na sociedade. Para Gomes et al. (2016) as desigualdades vão desde o âmbito doméstico até os espaços de poder político, jurídico e administrativo. E mais ainda no que se refere ao espaço rural onde possui mais divergências nessa dinâmica, pois

continuam presentes nesses espaços estruturas sociais estabelecidas que privilegiam o poder do homem e submete a mulher a papéis secundários. A mulher rural muitas vezes é vista somente como a responsável por atividades domésticas e cuidadora dos filhos, enquanto o homem é o principal responsável pelo sustento da casa e administrador das rendas da família.

Neste sentido, o recorte na experiência com as mulheres do Território Noroeste Colonial construída nesta pesquisa se fundamenta na necessidade de dar visibilidade a alguns dos principais aspectos de busca dos movimentos de mulheres que é o da equidade de gênero. A participação política das mulheres, ainda que incipiente em várias instâncias revela ganhos significativos para a condição da mulher no Território, para saírem do âmbito doméstico, se inserirem em outros espaços e serem reconhecidas como sujeitos políticos.

1.2 PROBLEMA E OBJETIVOS

Diante do exposto, este trabalho foi guiado para responder a seguinte questão: qual a relação de espaços construídos pelas mulheres do/no Território, com a noção de empoderamento?

Na busca das possíveis respostas a esta questão foi estabelecida a presente pesquisa com o objetivo geral de compreender as formas pelas quais tem se dado o empoderamento das mulheres que protagonizam as atividades realizadas no Território da Cidadania Noroeste Colonial/RS (TCNORC).

A partir do objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos, que serão os fios condutores desta dissertação:

- a) identificar e caracterizar os principais atores sociais protagonistas do Território, delineando a participação das mulheres;
- b) descrever e analisar as atividades realizadas no Território, que tiveram como foco as mulheres, estabelecendo relações com empoderamento;
- c) elucidar as relações construídas com o processo de intervenção através das políticas públicas de gênero implementadas e assessoradas pelo NEDET no TCNORC.

Assim, o estudo está estruturado em três capítulos, além da introdução e considerações finais, a saber:

O primeiro capítulo apresenta a abordagem territorial e a construção do TCNORC, analisando o mesmo através do recorte da participação das mulheres nos espaços diálogos e políticas públicas, através da perspectiva orientada ao ator.

No segundo capítulo analisa-se o Território frente a participação dos atores sociais

no Colegiado a governança e participação do poder público e poder da sociedade civil no Colegiado e o Projeto de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF) enquanto instrumento de atração para os/as agricultores/as familiares e os desafios da gestão territorial do TCNORC.

O terceiro e último capítulo aborda os espaços construídos pelas mulheres no TCNORC, as atividades desenvolvidas com o acompanhamento do NEDET, focalizando no protagonismo social assumidos pelas mulheres. Essa análise também apoiada na experiência da autora dessa dissertação através de sua participação nos diversos espaços do Território, e execução de seu trabalho junto a assessoria do NEDET

1.3 CAMINHO METODOLÓGICO

Nesta pesquisa, o “caminho” metodológico foi pautado pela ideia de entendimento do processo de institucionalização da política de Desenvolvimento Territorial Rural com recorte específico para as ações relacionadas à participação das mulheres no desenvolvimento rural.

Foi considerado neste estudo o período de 2014 a 2017, ou seja, desde a atuação do NEDET da UFSM, campus Palmeira das Missões, que apresentou um acervo de documentos, como por exemplo, as atas, as listas de frequência, e, principalmente, os registros das discussões. Estes documentos facilitaram a coleta de dados, sobretudo qualitativos.

A realidade das mulheres no TCNORC foi interpretada com base na Perspectiva Orientada pelos Ator (POA). Esta abordagem proposta por Long (2001), entre outros autores, oferece pistas sobre os processos de construção e reconstrução social, e permite evidenciar as interações que emergem na ação local, porém, sem perder a dimensão da influência tanto dos contextos mais amplos, como das estruturas sociais.

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa e, de acordo com Córdova e Silveira (2009, p. 32), “[...] tem como característica do enfoque observar, compreender e explicar um determinado fenômeno, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.”. A coleta de dados foi pautada na pesquisa bibliográfica e documental, complementada pelas anotações de campo a partir do processo de participação nas dinâmicas do projeto. O levantamento e a leitura das bibliografias foram realizados a partir dos seguintes temas: Desenvolvimento Territorial Rural, Território, Políticas Públicas para as Mulheres, Empoderamento, Mulheres Rurais e Mulheres Indígenas.

A pesquisa documental consistiu-se na análise dos seguintes materiais: atas e lista de presenças do CODETER do Território da Cidadania Noroeste Colonial; dados do Censo

Agropecuário; Caderno Territorial do MDA, Referencial de Apoio aos Territórios Rurais; Plano Territorial do Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS); e dados e informações disponíveis no Portal dos NEDETs e no Sistema de Informações Territoriais (SIT). Cabe salientar a considerável dificuldade em obter informações dos anos anteriores a assessoria do NEDET, tendo em vista a mudança constante de assessores do CODETER e também a não centralização das informações e/ou sistematização dos dados.

Quanto à coleta de dados primários, pautou-se na observação ao mesmo tempo em que se dava a participação nas dinâmicas das atividades do NEDET, com anotações de campo e registro fotográfico. Complementarmente às observações, foram efetuadas conversas com alguns interlocutores. A observação participativa deu-se em todas as reuniões de grupos de mulheres, conferências, encontros, reuniões da equipe técnica do NEDET (assessores e coordenação) e, principalmente, nas plenárias do CODETER junto ao NEDET. As observações foram realizadas no período de dezembro de 2014 até abril de 2017. Os registros dos acontecimentos eram realizados durante ou no término das atividades. Também, tive a oportunidade de participar das formações para as assessoras territoriais de gênero, uma em nível de região Sul envolvendo os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e outras duas formações somente para o estado do Rio Grande do Sul, que foram essenciais para refletir e fazer comparações com outros Territórios, além de contribuir fortemente para as atividades práticas realizadas com as mulheres.

Além da participação nas reuniões previamente agendadas pelo NEDET e CODETER, foram realizadas aproximadamente 20 visitas a grupos de mulheres organizados, que compreendem os municípios de , Ijuí, Campo Novo, Tenente Portela e Ajuricaba, sendo que no ano de 2016, foi dada atenção especial ao grupo de mulheres indígenas na Terra Indígena Guarita (TI-Guarita), para a criação do Coletivo de Mulheres Kaingang.

As informações obtidas e organizadas durante a pesquisa foram tabuladas e sistematizadas em forma de relatórios, tabelas e quadros gráficos e encontram-se também no acervo do NEDET do Território da Cidadania Noroeste Colonial, de forma a constituir-se como fonte de dados para outras reflexões sobre as transformações do território e, principalmente, com a caminhada das mulheres do território.

1.4 PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR (POA)

A perspectiva orientada pelos atores, proposta por Norman Long, entre outros autores,

consiste em saber por que os atores sociais oferecem respostas diferenciadas em circunstâncias estruturais similares, mesmo que as circunstâncias parecem homogêneas (LONG, 2007). A partir da influência da Escola de Wageningen, na Holanda, e de estudos etnográficos em África e América Latina, Long constrói a Perspectiva Orientada ao Ator, que posteriormente teve a contribuição de Van der Ploeg. Com base na perspectiva estruturalista de Giddens e dos princípios do construtivismo social, esta Perspectiva propõe entender desde uma visão microsociológica, como os atores constroem seus mundos sociais a partir de seus recursos, significados, propósitos e saberes.

De acordo com Ortuño (2016) esta abordagem surge, dentro dos estudos sociais sobre desenvolvimento, como uma necessidade teórico-metodológica no sentido de relativizar os processos de desenvolvimento como mudanças estruturais unidirecionais, assim, passam a ter relevância as múltiplas respostas dadas pelos atores sociais. No entendimento de Ploeg (2003) a estrutura é parte da ação social é o que está sendo construído e torna-se ordenamento para novas construções. Os atores sociais são vistos como participantes ativos que processam informações e utilizam estratégias nas suas relações com outros atores locais, e o mesmo acontece com as instituições e pessoas externas.

Segundo Long (2007) o conceito de atores sociais, de acordo com a POA, é compreendido por todos os indivíduos e entidades sociais que possuem a capacidade de conhecer e avaliar situações problemáticas, e partir delas organizar respostas. Podendo ser pessoas individuais, grupos, redes, organizações tais como governo, igreja ou organização internacional. Desta forma, uma abordagem analítica com foco nos atores, possibilita um maior entendimento dos processos de desenvolvimento, a partir da compreensão de que as intervenções externas se introduzem nos modos de vida locais, passando a ser medidas e transformadas pelos próprios atores sociais (LONG, 2007).

Nesta perspectiva a noção de agência torna-se relevante por compreender a centralidade dos atores sociais, valorizando a forma como são construídos os padrões de desenvolvimento. Para Long (2001) a agência é composta por relações sociais e pode somente tornar-se efetiva através delas. A agência coloca os atores no centro das atenções, pois são atribuídos de capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida mesmo em situações de extrema coerção. De acordo com Gazolla (2012) o entendimento caminha em direção contrária ao individualismo metodológico, pois compreende que o indivíduo sozinho não poderá realizar mudanças sociais, intervir no ambiente ou até mesmo gerar processos inovativos. A abordagem coloca os atores em permanente interação, com contatos constantes, em redes e na troca de conhecimentos, intervindo nas realidades cotidianas.

Neste sentido, para Long e Ploeg (2011) a ideia de arena se mobiliza para entender a complexidade de espaços de disputas que se manifestam das interações sociais e se inserem nos diferentes interesses e visões de mundo. As arenas são espaços sociais de lutas e diferentes práticas e valores que se fazem esforços para resolver as incompatibilidades entre os interesses dos atores. As arenas são importantes espaços de identificação de interfaces, que fazem referência às situações onde distintos mundos de vida se encontram em dinâmicas de disputa e negociação, em termos, por exemplo, de descontinuidades de interesses, valores, conhecimentos e poder, e heterogeneidade estrutural (ORTUÑO, 2016).

Sendo assim, consideramos o TNORC a grande arena em que os diferentes atores sociais, estão em interação, identificando interfaces, construindo novos espaços de interação, os quais constituem a base para nossos estudos. A análise para o presente trabalho, construiu-se a partir da observação e participação nestes diferentes espaços.

2 GESTÃO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA NOROESTE COLONIAL E O PROINF

Neste capítulo, analisou-se a gestão do território frente à participação dos atores sociais no Colegiado, para posteriormente compreensão da Ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF) enquanto força atrativa aos agricultores e agricultoras familiares, o cenário territorial dos espaços democráticos e os desafios da governança territorial no planejamento das políticas públicas para o Território. Compreendendo que os espaços de atuação da gestão do Colegiado se reproduzem pela inter-relação de poder optou-se, para a compreensão das dinâmicas do território, utilizar-se o conceito de governança territorial.

O termo governança territorial pode ser entendido como o exercício do poder e autoridade para gerenciar um país, território ou região, compreendendo os mecanismos, processos e instituições através das quais os cidadãos e grupos articulam seus interesses públicos (DALLABRIDA, 2011).

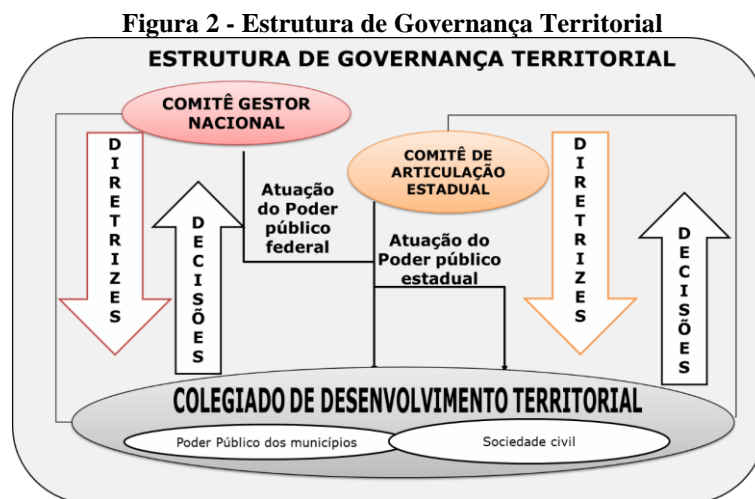
2.1 GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CODETER: OS ARRANJOS POLÍTICOS- INSTITUCIONAIS DA GESTÃO TERRITORIAL DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA NOROESTE COLONIAL

O termo governança tem sido bastante utilizado atualmente, principalmente pelas instâncias descentralizadas de gestão. Dallabrida (2011) ressalta que a literatura reconhece que o conceito teve sua origem no mundo empresarial, atrelado às discussões sobre poder. Na perspectiva do autor, o conceito de governança visa avançar em relação à concepção atribuída ao termo relacionando-o com o papel do Estado, aproximando-se de um sentido mais próximo ao campo das Ciências Humanas, principalmente a Geografia e a Política, ressaltando o conceito de Governança Territorial.

A governança diz respeito ao conjunto dos mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade, o que implica expandir e aperfeiçoar os meios de interlocução e de administração do jogo de interesses (DINIZ, 1996). A governança apresenta-se como um instrumento da política de Desenvolvimento Territorial Rural, a partir da compreensão de que amplia a participação dos atores sociais, pautada por uma concepção descentralizada da gestão dos Territórios.

A dimensão da territorialização da governança busca utilizar a noção de território como um locus espacial e socioeconômico privilegiado para implementar processos de descentralização das atividades governamentais e da relação entre Estado e sociedade no nível local. (DELGADO; GRISA, 2015 p. 52).

A proposta de governança, no âmbito do Programa Territórios da Cidadania (PTC), evidencia-se no Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) e se apresenta organizada na interação vertical, com a composição dos entes federativos, poder federal e estadual; e na dimensão horizontal, na composição a nível territorial, materializado na inter-relação do poder público e da sociedade civil (SILVA, 2018) (Figura 2). De acordo com o MDA (BRASIL, 2009) o Colegiado, institucionalidade territorial que também pode ser denominada de Fórum ou Conselho (a depender da opção feita pelo Território), tem papel fundamental para a condução e operacionalização da estratégia de desenvolvimento territorial. Deve representar a diversidade de instituições, organizações e segmentos sociais e produtivos existentes no território.



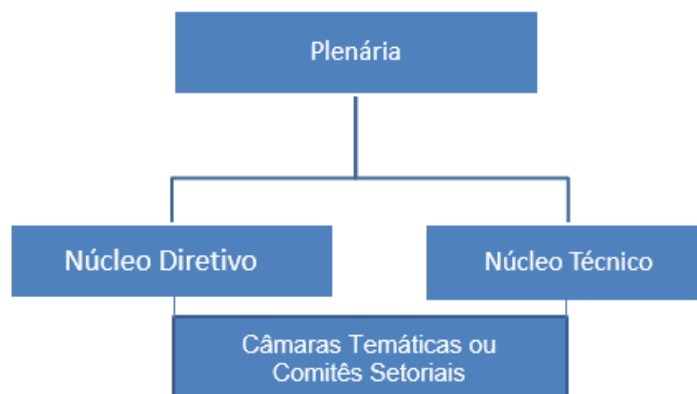
Fonte: Souza (2015, apud SILVA, 2018).

De acordo com o MDA (BRASIL, 2009) cabe ao Colegiado Territorial, por intermédio da sua Plenária (instância máxima), o papel deliberativo e consultivo, assim como cabe ao seu Núcleo Dirigente (nível decisório intermediário) o papel diretivo na implementação das iniciativas territoriais com o apoio de seu Núcleo Técnico. Podendo ainda ampliar a participação através das Câmaras Temáticas ou Comitês Setoriais (Figura 3).

O Plenário ou Plenária é a instância máxima do Colegiado Territorial, apresentando-se como a própria composição desse Colegiado. Tem o papel de deliberar, tomar decisões estratégicas, ligadas ao processo de desenvolvimento territorial. O Núcleo Dirigente tem a função de coordenar as ações definidas pelo Plenário do Colegiado Territorial, articular atores

sociais, instituições e políticas públicas para a construção e implementação do desenvolvimento territorial. Essa instância não pode ter na sua composição organizações que não façam parte do Plenário do Colegiado Territorial. Já o Núcleo Técnico é uma instância de apoio ao Colegiado Territorial devendo ser composto por representantes técnicos de organizações de ensino, pesquisa, assistência técnica e setores diversos de prestação de serviços do poder público e da sociedade civil. Essa instância pode ter na sua composição organizações que não fazem parte do Plenário do Colegiado Territorial. Os Comitês ou Câmaras Temáticas/Técnicas/Setoriais são espaços criados pelo Plenário do Colegiado para subsidiar suas decisões e tem uma estreita relação com o Núcleo Dirigente. Tem o papel de propor, dialogar e articular temas específicos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável. Assim como o Núcleo Técnico, essa instância pode ter na sua composição organizações que não fazem parte do Plenário do Colegiado Territorial (BRASIL, 2009).

Figura 3 - Estrutura do Colegiado de Desenvolvimento Territorial – CODETER



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação a composição do CODETER, deve-se observar e respeitar os princípios da representatividade, da diversidade e da pluralidade na constituição do Plenário, garantindo que nessa instância sejam discutidas e encaminhadas ações de interesses de segmentos e grupos sociais do território, tais como comunidades quilombolas, comunidades indígenas, mulheres, jovens, idosos, comunidades ribeirinhas, pescadores(as), produtores(as) da Agricultura Familiar, artesãos, extrativistas, silvicultores, assentados da reforma agrária e ainda segmentos prestadores de serviços (assistência técnica, comerciantes, agentes financeiros, universidades, setor. Quanto a representatividade, deve contemplar as segmentações de gênero, raça, etnia e geração, de modo que a diversidade de atores sociais do território, bem como a diversidade de organizações que representa seus interesses e demandas, se sintam e esteja, de fato, representadas (BRASIL, 2009).

Para Cançado, Tavares e Dallabrida (2013) o modelo de governança territorial apresenta uma grande complexidade, visto que envolve a participação de uma pluralidade de atores sociais. Para os autores, os arranjos institucionais estabelecidos nos Colegiados territoriais “[...] incluem interesses específicos apresentando conflitos na relação entre os agentes.” Silva (2018, p. 104), ressalta que a gestão é territorial uma vez que acontece “[...] através da atuação dos diferentes atores, nas instituições, incluindo o Estado, e organizações da sociedade civil.”.

O Colegiado Territorial é uma instância política de deliberação sobre o processo de desenvolvimento sustentável do território. É, antes de tudo, um espaço de participação social, de - planejamento das ações territoriais e se definem programas e projetos do território, com base em um plano territorial. Na concepção do MDA (BRASIL, 2009) o colegiado não substitui outras instituições e organizações, tais como as prefeituras, as cooperativas, as ONG, os sindicatos, entre outras, que também têm atribuições importantes neste processo. É fundamental esclarecer que existe um papel que é de governo e outro que é da sociedade civil, que não podem ser substituídos ou confundidos.

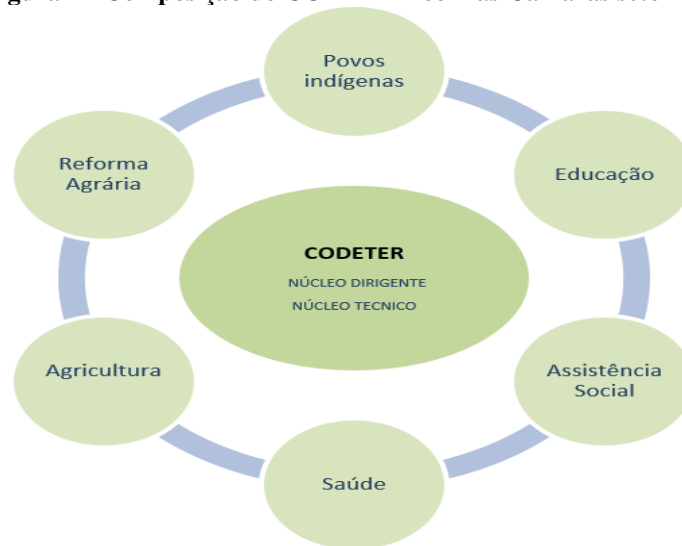
2.2 O CODETER DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA NOROESTE COLONIAL

O CODETER do Território da Cidadania Noroeste Colonial foi fundado em 2008 com início das atividades em 2009, acompanhando a criação do Território. Tendo como objetivo, a partir das políticas públicas de Desenvolvimento Territorial, implementadas pelo governo federal, integrar agentes sociais de diferentes entidades do território, que tinham como objetivo construir e traçar estratégias para o desenvolvimento sustentável local, com foco na agricultura familiar e públicos especiais do MDA, tais como: Mulheres Rurais; Juventude Rural; Indígenas; Assentados e Reassentados da Reforma Agrária e de Barragens. Este conselho deliberativo é pautado na participação popular, formando deste modo, um espaço de debates sobre políticas públicas que sejam capazes de atender as necessidades específicas de diferentes setores da sociedade, tanto do poder público como da sociedade civil (BRASIL, 2009).

A partir da entrada do NEDET no Território, em 2014, através da aproximação da equipe dos assessores, verificou-se com os integrantes do Colegiado e através de registros em atas e outros documentos, que o CODETER era composto por 86 entidades, sendo 43 representantes da Sociedade Civil e 43 do Poder Público. Este é composto pelo Núcleo Técnico e Núcleo Dirigente e, ainda as seis câmaras setoriais determinadas pelos integrantes que assim consideraram importante naquele momento. As setoriais eram: povos indígenas, reforma

agrária, educação, assistência social, agricultura familiar e saúde (Figura 4). As deliberações para estudos e proposições de políticas públicas e decisões de investimentos partiam das câmaras setoriais, onde havia debates e planejamentos nas reuniões realizadas.

Figura 4 - Composição do CODETER com as Câmaras setoriais



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com o estudo de Deckert (2012) as 86 entidades escolhidas para compor o colegiado foram selecionadas em um seminário que aconteceu na cidade de Ijuí, no ano de lançamento do programa Territórios da Cidadania em 2008, sendo que os participantes daquele momento foram incluídos no CODETER.

Na visão dos integrantes do Colegiado contempla-se a paridade, conforme preconiza as orientações do MDA, pois há 43 entidades representando a sociedade civil e 43 o poder público. Porém, ao se analisar os documentos repassados pelo CODETER, e também conforme ressalta Deckert (2012, p. 111) “[...] percebe-se que o número de entidades é menor, e ainda, que existem mais entidades da sociedade civil do que do poder público”, conforme Figura 5.

Figura 5 - Composição do CODETER do território da Cidadania Noroeste Colonial

Codeter Noroeste Colonial		
	Sociedade Civil	Poder Público
1	Universidade Comunitária - Unijui	Amuplan
2	Universidade Comunitária – Unicruz	Amuceleiro
3	Coop Agr Familiar – Natuagro	Prefeitura de Cruz Alta
4	Coop Agr Familiar – Cooperar	EMATER
5	Coop Agr Familiar – Cooperafe	Universidade Pública – Uergs
6	Coop Agr Familiar – Cooperfamiliar	Universidade Pública – UAB
7	Coop Agr Familiar – Coopermis	Conselho Sec Agricultura - Amuplan
8	ONG Ag Familiar – Participe	Conselho Sec Agricultura – Amuceleiro
9	ONG Ag Familiar - Colonialle Pejuçara	Conselho Sec Saúde - Amuplan
10	Coop de Crédito – Crehnor	Conselho Sec Saúde – Amuceleiro
11	Coop de Crédito – Sicredi	Conselho Sec Educação - Amuplan
12	Coop de Crédito – Cresol	Conselho Sec Educação - Amuceleiro
13	Conselho Sec Assis Social – Amuplan	Conselho Seg Alimentar - Amuceleiro
14	Conselho Sec Assis Social - Amuceleiro	Conselho Seg Alimentar – Amuplan
15	Fetag	Ass Câmaras Vereadores – Amuceleiro
16	Povos Indígenas – Kaingang	Ass Câmaras Vereadores – Acaveplam
17	Povos indígenas – Guaranis	Intituto Federal Farroupilha
18	MPA	Escola Técnica Estadual Celeiro
19	MST	Instituto Municipal – Imeab
20	MAB	Conab
21	MMC	Funai
22	Corede – Celeiro	Inkra
23	Corede – Noroeste Colonial	Funasa
24	FETRAF	SEAP
25	Pastoral da Saúde	Programa Pesquisa e Desenvolvimento
26	Cooperativa de Produção – Rede Lacto	Bancos – Brasil
27	ACIs	Bancos – Banrisul
28	Coope Ass de ATER – Cooperfamiliar	Bancos – CEF
29	Coope Ass de ATER -	Governo do Estado RS
30	Pólo de Aquicultura e Pesca	
31	Fundaturvo	

Fonte: Deckert (2012).

Ao que se percebeu nas reuniões realizadas a equipe do NEDET com integrantes do CODETER, em 2014 e 2015, houve um esvaziamento nas plenárias realizadas nos anos anteriores, principalmente pelos integrantes dos órgãos públicos, mais precisamente as prefeituras, prevalecendo a hegemonia da sociedade civil, conforme detectado nos estudos de Deckert (2012). Visto que as prefeituras podem encaminhar projetos diretamente nos ministérios, sem a pactuação do CODETER.

Em relação as competências dos núcleos, o núcleo técnico tem a função de avaliar os projetos apresentados ao colegiado e verificar qual a viabilidade destes para a região. Ao núcleo dirigente cabe o papel de verificar o que foi estabelecido nos projetos está sendo cumprido. Os representantes do Colegiado têm autonomia para discutir o destino dos recursos advindos do Governo Federal via Território da Cidadania nos projetos relevantes para a região, porém, a execução dessas ações dependerá das entidades que receberão o recurso, visto que o Território não é constituído como pessoa jurídica legalmente registrada para fins de encaminhamentos diretos aos órgãos de liberação de recursos.

Por isso, depende das entidades e/ou prefeituras para os encaminhamentos das

propostas, e isto, muitas vezes, recai sobre os interesses individuais/municipais e não regionais. Isto confirma com o que Niederle (2014) ressalta que a maioria das políticas seguem sendo negociadas entre prefeituras e ministérios que aportam os recursos. De acordo com o autor, nem o PRONAT e o PROINF escapam totalmente a esta regra, pois são as prefeituras que acabam negociando recursos e executando projetos, muitas vezes através de emendas parlamentares¹.

Nos primeiros anos de existência do Território, os integrantes do CODETER se reuniram diversas vezes para organizar reuniões com foco na construção do PTDRS e também para construir e deliberar sobre projetos de infraestruturas destinados a agricultura familiar e a Casa Familiar Rural². No entanto, de acordo com informações obtidas junto aos integrantes do CODETER no início da inserção no Território, começaram a haver disputas por espaço e grupos de interesse, e no interior do colegiado, diferenças político partidárias foram se evidenciando, de certa forma, influenciando o processo de articulação social em detrimento de interesses de pequenos grupos.

Outro fator que, na visão de alguns integrantes do CODETER, de certa forma teve influência para diminuir a participação, foi que algumas reuniões passaram a ser palco político para alguns deputados que passaram a destinar emendas parlamentares a projetos do colegiado. Todos esses fatores começaram a apresentar uma disputa interna por poder e investimento de recursos federais, também, entre as associações da Associação dos Municípios do Planalto Médio (AMUPLAM)³ e da Associação dos Municípios da Região Ceileiro (AMUCELEIRO)⁴. Diante deste cenário, ocorreu durante o período de 2008 a 2014, a troca constante de assessores territoriais, o que limitava a continuidade dos trabalhos. Neste período, foi identificado através dos relatos dos integrantes do núcleo diretivo do CODETER, que as mulheres, jovens e indígenas tinham pouca participação no colegiado, não tendo suas reivindicações atendidas

¹ De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1998) a emenda parlamentar é o instrumento que o Congresso Nacional possui para participar da elaboração do orçamento anual. Em outras palavras é a oportunidade que os Deputados têm de acrescentarem novas programações orçamentárias com o objetivo de atender as demandas das comunidades que representam. (Portal SICONV, 2018).

² Casa Familiar Rural “[...] desenvolve uma modalidade de ensino que dispõe de metodologia específica voltada a atender os agricultores e suas famílias, no desenvolvimento de suas atividades, através da Pedagogia da Alternância. Para maiores informações (ECCO; BRESOLIN, 2010; SOUZA, 2008; ROLIM, 2013). No TCNORC, existe uma Casa Familiar Rural no município de Catuípe.

³ Abrangência de 11 municípios do TCNORC: Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Catuípe, Condor, Coronel Barros, Ijuí, Joia, Nova Ramada, Panambi e Pejuçara

⁴ Abrangência de 21 municípios do TCNORC: Boa Vista do Buricá, Braga, Campo Novo, Coronel Bicaco, Chiapetta, Crissiumal, Humaitá, Miraguaí, Redentora, São Martinho, Santo Augusto, Três Passos, Tenente Portela, Bom Progresso, Barra do Guarita, Derrubadas, Inhacorá, São Valério do Sul, Sede Nova, Tiradentes do Sul, Vista Gaúcha e Esperança do Sul. As associações têm por finalidade, associar, integrar e representar judicialmente e extrajudicialmente os municípios da região na formulação de diretrizes para descentralização político-administrativa, fortalecendo a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios integrantes.

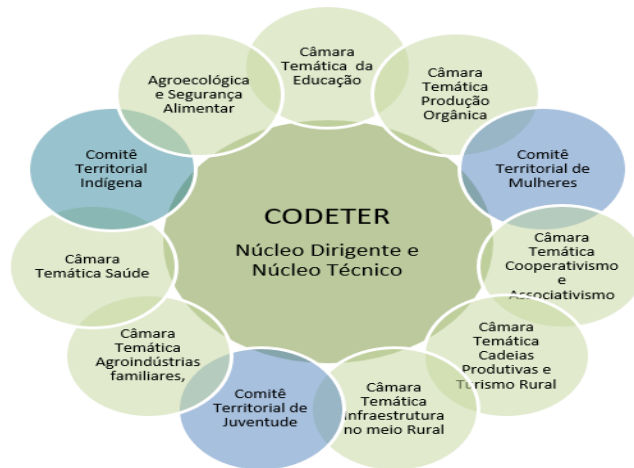
nas plenárias do colegiado.

Na perspectiva de promover um novo modelo ao processo, em 2014 o MDA firmou uma parceria com o CNPq que, por meio de chamada pública, buscou selecionar projetos de instituições públicas de ensino, interessadas na abordagem de desenvolvimento territorial para viabilizar o processo de implantação dos NEDETs que passaram a prestar assessoria aos colegiados territoriais.

A partir de 2014, a equipe do NEDET iniciou o trabalho de rearticulação do território, começando pela identificação dos membros do Colegiado, para fins de aproximação com a caminhada construída pelas lideranças, desde a sua criação. O CODETER não tinha agenda definida de reuniões. As plenárias aconteciam muito em função dos PROINFs. Então, para efeito de aproximação da equipe NEDET ao Colegiado e os demais atores, ficou acertado que sempre que houvesse a necessidade de convocar uma plenária, seria acionado o Núcleo Dirigente e acordado uma data para a realização.

Após a caminhada de dois anos do NEDET junto ao Território, foi realizada a reestruturação do CODETER, na plenária do mês de dezembro de 2016, onde teve modificações nas Câmaras Temáticas e também aumento de seis para sete Câmaras, ficando assim estabelecidas (Figura): Câmara Temática da Educação, Câmara Temática Cooperativismo e Associativismo, Câmara Temática Produção Orgânica, Agroecológica e Segurança Alimentar, Câmara Temática Saúde, Câmara Temática Agroindústrias familiares, Câmara Temática Infraestrutura no meio Rural e Câmara Temática Cadeias Produtivas e Turismo Rural, além dos Comitês Territoriais que são três: Comitê Territorial da Juventude, Comitê Territorial Indígena e Comitê Territorial das Mulheres.

Figura 6 - Nova composição do CODETER do Território da Cidadania Noroeste Colonial



Fonte: Elaborado pela autora.

Nesta nova configuração os Comitês exercem papel transversal no que tange aos projetos de desenvolvimento no Território, preconizando espaços de participação democrática, para que haja a interação dos atores sociais junto ao poder público e que os públicos prioritários sejam reconhecidos e contemplados no âmbito das políticas públicas.

Destaca-se aqui o papel dos assessores territoriais na articulação e formulação dos Comitês Territoriais, pois na configuração anterior, além de pouca participação de mulheres, indígenas e jovens, não eram discutidos projetos específicos para estes públicos.

Neste sentido, e dando um olhar para a mulheres, elas apresentam uma diversidade de lugares sociais - mulheres do campo, das áreas urbanas, mulheres indígenas, jovens, dentre outras. Esta diversidade retrata ao mesmo tempo, uma grande riqueza de experiências e, também, inúmeras desigualdades sociais que refletem no pouco acesso às políticas públicas. Fortalecer e dar visibilidade às experiências das mulheres nos projetos do Território é, ao mesmo tempo, estreitar as concepções e as práticas igualitárias da dimensão territorial, uma vez que as mulheres estão presentes nas diversas formas de articulação, mobilização, gestão e representação de instâncias do Território.

2.3 AÇÕES DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS - PROINF

O PROINF surgiu em 2003, como uma vertente do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) integrando PRONAT e passou a denominar-se “Ações de Projetos de Infraestrutura e Serviços” (PROINF). Desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/Sead), o Proinf tem como objetivo contribuir para a

qualificação de processos produtivos e econômicos da agricultura familiar nos Territórios Rurais e Territórios da Cidadania. Em parceria com estados, municípios e sociedade civil, viabiliza a aquisição de equipamentos e a construção de infraestrutura para a produção, beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos da agricultura familiar b (BRASIL, 2012). Isto posiciona o PROINF como um importante instrumento indutor dos processos de inclusão produtiva, de geração de trabalho e renda e de autonomia econômica de famílias e empreendimentos da agricultura familiar nos Territórios.

No TCNORC, com relação ao volume de recursos do PROINF, podemos observar na Tabela 1, que o montante de R\$ 13.305.057,00 (treze milhões, trezentos e cinco mil e cinquenta e sete reais) foram pactuados no período de 2003 a 2015 no TCNORC. Percebe-se que, após a criação do TCNORC, que foi em 2008, os anos que mais tiveram propostas foram de 2009 a 2013, com exceção de 2011 que teve apenas duas. Em conversas com os integrantes do CODETER, constatou-se que nos anos de 2009 e 2010 o Território estava mais articulado e tinha a participação de vários municípios. Já em 2011 houve mudança e /ou atrasos na contratação de articulador territorial e isso desmobilizou o trabalho que vinha sendo feito, visto que “cada integrante do Colegiado tem suas atividades normais das profissões de cada um, então se não tem quem articule as reuniões acaba não acontecendo”, relata um membro do CODETER.

Tabela 1 - Evolução do PRONINF investimentos 2003-2015 no Território da Cidadania Noroeste Colonial

Ano	Nº Projetos	Valor R\$
2003	1	260.000,00
2004	0	0,00
2005	3	4422.705,00
2006	13	997.848,00
2007	13	11.059.257,00
2008	4	518.000,00
2009	11	1.747.700,00
2010	16	3.400.850,00
2011	2	197.500,00
2012	10	2.089.547,00
2013	9	1.316.650,00
2014	4	575.000,00
2015	4	700.000,00
Total	90	13.305.057,00

Fonte: Adaptado de CGMA/SDT (2016).

Outro fato observado no TCNORC é em relação ao grau de representatividade.

Conforme pode ser observado na Tabela 2 nota-se que nem todos os municípios foram contemplados com os recursos destinados aos projetos territoriais. Dos 34 municípios que o compõem, 24 foram contemplados com recursos, alcançando o valor citado na Tabela 1. Os municípios de Tenente Portela e Joia abarcaram 24% dos recursos, o que corresponde a 13 propostas aprovadas para cada município. Percebe-se também que cinco outros municípios concentram um número maior de projetos e, por conseguinte, a maior concentração de recursos, se comparado aos demais. Em outras palavras, somados os valores das propostas aprovadas para os municípios de tenente Portela, Joia, Cruz Alta, Santo Augusto, Três Passos, Catuipe e Redentora, nota-se que estes atingem 60% do total de recursos destinados ao TCNORC. Por outro lado, 10 outros municípios do território não foram contemplados com nenhuma proposta.

Figura 7 - Projetos apoiados no TCNORC via PROINF, 2003-2015

Ano	Cód.Op	Proponente	município	Objeto	Valor	Sit. Contrato	Sit. Obra
2003	0157756	PM SANTO AUGUST	Santo Augusto	CONSTRUCAO DE UM MATRIZEIRO	260,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2005	0177100	PM CAMPO NOVO	Campo Novo	PAVILHAO COMUNITARIO	25,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2005	0185084	PM CEL BICACO	Coronel Bicaco	CONSTRUCAO FEIRA DO PRODUTOR	25,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2005	0178008	PM CRUZ ALTA	Cruz Alta	CONSTRUCAO DE PAVILHAO DE AGRICULTURA FAMILIAR	392,705.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2006	0203637	PM S. MARTINHO	São Martinho	AQUISICAO DE DUAS ENSILADEIRAS, 02 DISTRIBUIDORES DE ADUBO ORGANICO	40,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2006	0209771	PM T.PORTELA	Tenente Portela	AQUISICAO DE VEICULO, COMPUTADOR, CANHAO PROJETOR, CAMERA DIGITAL	45,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2006	0198840	PM IJUI - RS	Ijuí	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS P/ ABATEDOURO DE PEIXES, P/ NATUAGRO, P/ QUIOSQUE JUNTO A RST 155	24,448.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2006	0198752	PM JOIA	Jóia	AQUISICAO DE 1 CAMINHÃO COM TANQUE 9000 LITROS, 1 CAMINHÃO TANQUE 4000 LITROS	280,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2006	0198762	PM SANTO AUGUST	Santo Augusto	CONSTRUCAO DE ESPACO PARA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOR DA AGRICULTURA FAMILIAR	38,500.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2006	0198744	PM CRUZ ALTA	Cruz Alta	CONSTRUCO DE PREDIO PARA INSTALACAO DE FEIRA DE COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS DE ORIGEM DA AGRICULTURA FAMILIAR	75,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2006	0193660	PM HUMAITA	Humaitá	AQUISICAO DE VEICULO E MICROCOMPUTADOR	25,900.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2006	0198786	PM TRES PASSOS	Três Passos	CONSTRUCAO DE PAVILHAO - PARQUE EXPOSICAO EGON GOELZER	100,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2006	0198758	PM PANAMBI - RS	Panambi	CENTRO COMERCIALIZACO	75,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2006	0198768	PM T.PORTELA	Tenente Portela	AQUISICAO DE FURGAO	60,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2006	0198743	PM CEL BICACO	Coronel Bicaco	AQUISICAO CAMILNHAO TANQUE PARA RECOLIMENTO LEITE	184,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2006	0198742	PM CHIAPETTA	Chiapetta	CONSTRUCAO DE CENTRO DE COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGRICOLA	25,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2006	0198843	PM JOIA	Jóia	AQUISICAO DE VEICULO UTILITARIO	25,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2007	0239393	PM CATUIPE	Catuípe	APOIO ASSOCIATIVISMO E PECUARIA LEITEIRA	40,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2007	0241497	PM JOIA	Jóia	ESTRUTURACAO COOPERATIVISMO AQUISICAO DE VEICULOS, COMPUTADORES, IMPRESSORAS, CAMERA DIGITAL.	90,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2007	0241241	PM CRISSIUMAL	Crissiumal	APOIO ESCOAMENTO E COMERCIALIZACAO DA PRODUCAO, RECONSTRUCAO DE 6 PONTES.	127,234.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2007	0239364	PM CEL BICACO	Coronel Bicaco	FORTELECIMENTO PECUARIA LEITEIRA E APOIO ESCOAMENTO DA PRODUCAO	50,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2007	0231469	PM CRUZ ALTA	Cruz Alta	APOIO IMPLANTACAO MICRODESTILARIA DE ALCOOL COMBUSTIVEL E DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA	72,672.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2007	0241230	PM CRUZ ALTA	Cruz Alta	FORTELECIMENTO CAPACIDADE PRODUTIVA AQUISICAO DE TRATOR AGRICOLA E ENSILADEIRA.	100,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2007	0231468	PM SANTO AUGUST	Santo Augusto	IMPLANTACAO USINA PARA DESTILACAO DE ALCOOL COMBUSTIVEL	46,851.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2007	0231463	PM T.PORTELA	Tenente Portela	APOIO BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZACAO PRODUTOS AGROECOLOGICOS	65,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2007	0241267	PM S. MARTINHO	São Martinho	APOIO ESCOAMENTO E COMERCIALIZACAO PRODUTOS LACTEOS E OUTROS AGROINDUSTRIAS, AQUISICAO DE CAMIONETE FURGAO.	50,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2007	0231465	PM CHIAPETTA	Chiapetta	APOIO COMERCIALIZACAO LEITE	144,850.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2007	0231840	PM JOIA	Jóia	APOIO COMERCIALIZACAO LEITE	135,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA
2007	0241240	PM SEDE NOVA	Sede Nova	INFRA-ESTRUTURA PARA ALIMENTACAO ANIMAL	67,000.00	EM SITUAÇÃO NORMAL	CONCLUÍDA

Ano	Cód.Op	Proponente	município	Objeto	Valor	Sit. Contrato	Sit. Obra
2007	0234449	PM HUMAITA	Humaitá	APOIO COMERCIALIZACAO	70,650.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2008	0265483	PM JOIA	Jóia	APOIO COMERCIALIZACAO	200,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2008	0278798	PM SANTO AUGUST	Santo Augusto	APOIO A CADEIA PRODUTIVA LEITEIRA - COLHEDORA DE FORRAGES, DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGANICO E CARRETAS AGRICOLAS	100,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2008	0278850	PM CRUZ ALTA	Cruz Alta	APOIO AO ESCOAMENTO DA PRODUCAO	88,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2008	0278800	PM T.PORTELA	Tenente Portela	AQUISICAO DE EQUIPAMENTO PARA CENTRO DE COMERCIALIZACAO, MOTOCICLETAS E VEICULOS PARA APOIO A COMERCIALIZACAO E ATER	130,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2009	0312075	PM NOVA RAMADA	Nova Ramada	AQUISICAO DE UM TRATOR AGRICOLA COM ENFARDADEIRA	100,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2009	0310340	PM T.PORTELA	Tenente Portela	APOIO A COLETA, RESFRIAMENTO E COMERCIALIZACAO DO LEITE - AQUISICAO DE CAMINHAO	171,500.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2009	0312080	PM JOIA	Jóia	Adquirir um trator agricola	100,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2009	0305590	PM TIRAD. SUL	Tiradentes do Sul	AQUISICAO DE RETROSCAVADEIRA	150,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2009	0306986	PM JOIA	Jóia	Aquisicao de equipamentos para agregacao de valor a producao familiar.	200,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2009	0310282	PM CRUZ ALTA	Cruz Alta	Aquisicao de uma retroscavadeira	196,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2009	0313665	PM CRISSIUMAL	Crissiumal	Revestimento com pedras irregulares no Distrito de Vista Nova.	100,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2009	0305416	PM T.PORTELA	Tenente Portela	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA COMERCIALIZACAO E INDUSTRIALIZACAO DO LEITE	405,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2009	0306590	PM CATUIPE	Catuipe	Apoio a educacao do campo	121,200.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2009	0313664	PM CRISSIUMAL	Crissiumal	AQUISICAO DE 3 VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES FAMILIARES	100,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2009	0305417	PM AJURICABA	Ajuricaba	Apoio a producao leiteira.	104,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2010	0335797	PM PEJUCARA RS	Pejuçara	Aquisicao de equipamentos para Implantacao de fabrica de extracao de suco, beneficiando coativamente os agricultores fa	100,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2010	0334968	PM TRES PASSOS	Três Passos	AQUISICAO DE PATRULHA AGRICOLA/TRATOR E ENSILADEIRA	98,200.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2010	0349220	PM CAMPO NOVO	Campo Novo	Aquisicao de veiculo, motocicleta, equipamentos para cozinha experimental, microcomputadores, mobiliario e enciladeiras	120,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2010	0322707	PM T.PORTELA	Tenente Portela	CONSTRUCAO DE CENTRO DE FORMACAO E SILOS DE SECAGEM PARA ARMARMAZEMAMENTO DE GRAOS	200,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2010	0337653	INEAY	Três Passos	Promover Cursos Praticos de construo de sistemas de captacao e armazenamento de agua da chuva, atraves da construo	99,000.00	EM SITUACAO NORMAL	NAO INICIADA
2010	0329682	PM CRUZ ALTA	Cruz Alta	AQUISICAO DE CAMINHOS PARA RECUPERACAO DE ESTRADAS VICINAIS	250,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2010	0326974	PM TRES PASSOS	Três Passos	AQUISICAO DE TRATOR, ENSILADEIRA E SUBSOLADOR	162,680.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2010	0322709	PM T.PORTELA	Tenente Portela	APOIO A COMERCIALIZACAO E INDUSTRIALIZACAO DE LEITE/EQUIPAMENTOS ACESSORIOS E COMPONENTES	270,420.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2010	0337592	PM JOIA	Jóia	Apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar e dos Assentamentos de Reforma Agraria organizados em Cooperativas com	300,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2010	0323673	PM NOVA RAMADA	Nova Ramada	Aquisicao de uma Retroscavadeira	160,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2010	0322671	PM JOIA	Jóia	Aquisicao de equipamentos para beneficiar a agricultura familiar.	171,500.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2010	0322708	PM JOIA	Jóia	POSTO DE RESFRIAMENTO DE LEITE FLUIDO	699,050.00	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA
2010	0329452	PM TIRAD. SUL	Tiradentes do Sul	Aquisicao 01 Unidade de Trator Agricola Novo.	100,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2010	0337634	PM IJUI - RS	Ijuí	Construcao de predio em alvenaria para funcionamento de feira de produtos coloniais oriundos da agricultura familiar do	150,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2010	0326972	PM CHIAPETTA	Chiapetta	Aquisicao de caminhao para transporte do leite in natura e sevice em acoes da ATER.	170,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2010	0323699	PM T.PORTELA	Tenente Portela	APOIO A PRODUCAO E ASSISTENCIA TECNICA AOS AGRICULTORES - AQUISICAO DE 01 ESCAVADEIRA E 02 MOTOCICLETAS	350,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2011	0371425	PM AJURICABA	Ajuricaba	Aquisicao de um trator agricola visando o fortalecimento da agricultura familiar.	100,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2011	0370634	PM NOVA RAMADA	Nova Ramada	AQUISIÇÃO DE TRÊS PLANTADEIRAS SEMEADORAS	97,500.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2012	1001373	PM REDENTORA	Redentora	Aquisicao de Um caminhao com Cacamba	245,000.00	PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL	CONCLUIDA
2012	0389651	PM T.PORTELA	Tenente Portela	AQUISICAO DE ROLO COMPACTADOR	260,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2012	0389663	PM CRUZ ALTA	Cruz Alta	Aquisicao de 01 trator agricola	150,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2012	0399421	PM JOIA	Jóia	Aquisicao de dois veiculos, um caminhao equipado com carroceria, quatro motos, moveis e equipamentos para estruturacao d	200,000.00	EM SITUACAO NORMAL	ATRASADA
2012	0389640	PM REDENTORA	Redentora	AQUISICAO DE UM CAMINHÃO FURGÃO	120,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2012	0401745	PM T.PORTELA	Tenente Portela	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E TRANSPORTE DE APOIO PARA O DEPARTAMENTO INDIGENA JUNTO AO CENTRO DE CULTURA DA TERRA INDIGEN	527,047.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2012	0401351	PM REDENTORA	Redentora	AQUISICAO DE UMA RETROSCAVADEIRA	220,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2012	0389664	PM PANAMBI - RS	Panambi	Aquisicao de equipamentos para implementar a agroindustria do leite em Territorios Rurais	97,500.00	SOB LIMINAR E CLAUSULA SUSPENSIVA	NAO INICIADA
2012	0387448	PM CRUZ ALTA	Cruz Alta	Aquisicao de 01(um) Caminhao equipado com carroceria de madeira.	120,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA

Ano	Cód.Op	Proponente	município	Objeto	Valor	Sit. Contrato	Sit. Obra
2012	0389639	PM INHACORA RS	Inhacorá	AQUISICAO DE UM CAMINHAO	150,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2013	1011555	PM REDENTORA	Redentora	Aquisicao de veiculo utilitario tipo pick-up.	115,000.00	SOB LIMINAR E CLAUSULA SUSPENSIVA	NAO INICIADA
2013	1009818	PM IJUI - RS	Ijuí	Aquisicao de um kit para silagem com plataforma para culturas de inverno e dois veiculos de passeio.	160,000.00	PRESTACAO DE CONTAS FINAL	CONCLUIDA
2013	1010143	PM SANTO AUGUST	Santo Augusto	Aquisicao de equipamentos agricolas	100,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2013	1009126	PM HUMAITA	Humaitá	Aquisicao de Caminhao com Cacamba Basculante.	100,000.00	PRESTACAO DE CONTAS FINAL	CONCLUIDA
2013	1010274	PM JOIA	Jóia	Aquisicao de equipamentos para agricultura familiar	100,000.00	EM SITUACAO NORMAL	PARALISADA
2013	1010064	PM ESP SUL	Esperança do Sul	Aquisicao de Equipamentos Para o Setor Agropecuario	100,000.00	PRESTACAO DE CONTAS FINAL	PARALISADA
2013	1010063	PM AJURICABA	Ajuricaba	Apoiar a implementacao e expansao dos investimentos que beneficiem coletivamente os agricultores familiares atraves da a	300,000.00	PRESTACAO DE CONTAS FINAL	CONCLUIDA
2013	1009560	PM T.PORTELA	Tenente Portela	Aquisicao de Maquinas e Equipamentos de Beneficiamento de Sementes Crioulas e Processamento de Graos para promocao da se	100,000.00	PRESTACAO DE CONTAS FINAL	CONCLUIDA
2013	1010526	PM T.PORTELA	Tenente Portela	Aquisicao de caminhao e tanque isotermico de transporte rodoviario para transporte de leite fluido.	241,650.00	EM SITUACAO NORMAL	NAO INICIADA
2014	1021800	PM CHIAPETTA	Chiapetta	Projeto ora proposto e para ampliar o campo de recolhimento do leite in natura e desenvolver com qualidade, higiene o seu transporte com melhorias e segurança de seus motoristas, buscando assim a transformação da realidade encontrada hoje, onde temos uma	275,000.00	EM SITUACAO NORMAL	NAO INICIADA
2014	0263602014	CATUIPE	Catuípe	OBJETO	100,000.00	EM SITUACAO NORMAL	NORMAL
2014	1019070	PM CONDOR	Condor	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITORIOS RURAIS - NO RIO GRANDE DO SUL.	100,000.00	EM SITUACAO NORMAL	CONCLUIDA
2014	1019084	PM CORONEL BARR	Coronel Barros	Aquisicao de equipamentos para patrulha agricola do Municipio de Coronel Barros/RS.	100,000.00	PRESTACAO DE CONTAS FINAL	CONCLUIDA
2015	1026988	PM AJURICABA	Ajuricaba	Aquisicao de veiculos e equipamentos para o transporte e comercializacao de produtos derivados das agroindustrias famili	175,000.00	EM SITUACAO NORMAL	NAO INICIADA
2015	1026765	PM REDENTORA	Redentora	Aquisicao de de equipamentos e veiculos para estruturacao da feira do produtor rural e para feira de produtos da terra i	175,000.00	CONTRATADA COM CLAUSULA SUSPENSIVA	NAO INICIADA
2015	1025585	PM TRES PASSOS	Três Passos	Construcao de Pavilhao para Agroindustria	250,000.00	CONTRATADA COM CLAUSULA SUSPENSIVA	NAO INICIADA
2015	1027743	PM CATUIPE	Catuípe	PATRULHA AGRICOLA	100,000.00	CONTRATADA COM CLAUSULA SUSPENSIVA	NAO INICIADA

Fonte: adaptado de Brasil (2015).

Cabe destacar que o projeto para a instalação de um posto de resfriamento de leite, no município de Joia, até a finalização das atividades do NEDET no Território (abril/2017), encontrava-se atrasada, ou seja, por algum motivo, não identificado nesta pesquisa, não foi efetivado o valor de R\$ 699.050,00 (seiscentos e noventa e nove mil e cinquenta reais). Também, a proposta do município de Três Passos, para promover cursos práticos de construção de sistemas de captação e armazenamento de água da chuva, não havia sido iniciada, o que causa uma redução de R\$ 798.050,00 (setecentos e noventa e oito mil e cinquenta reais) no volume de recursos planejados e isso significa menos políticas públicas para os agricultores e menos desenvolvimento.

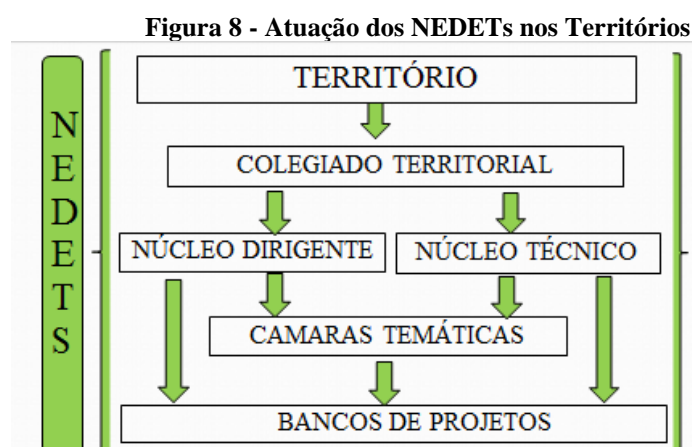
Em relação a projetos com foco nas mulheres, até o ano de 2015 não havia sido encaminhado pelo CODETER. Porém, em 2016, o MDA lançou uma Chamada Especial para Grupos Produtivos de Mulheres, que tinha como objeto o: beneficiamento, equipamentos para processamento de produtos agropecuários, comercialização, armazenamento, logística e abastecimento de produtos da agricultura familiar. Sendo requisito inicial, ter constituído o Comitê Territorial de Mulheres, o que habilitou o TCNORC a propor projetos. Nesta perspectiva e atendendo as demandas dos participantes presentes na Plenária de 07 de abril de 2016, onde foram apresentados apenas dois grupos organizados de mulheres, um de Joia e outro de Tenente Portela. O município de Joia acabou desistindo da proposta, pois naquele ano não

estavam organizados para atender ao objeto da chamada, então ficou somente o projeto de Tenente Portela que foi aprovado por unanimidade pelos presentes na Plenária Territorial.

2.4 APOIO AO COLEGIADO TERRITORIAL: A ASSESSORIA DO NEDET

O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território da Cidadania Noroeste Colonial do Estado do Rio Grande do Sul, foi implementado em novembro de 2014, na Universidade Federal de Santa Maria, Campus Palmeira das Missões, por meio da chamada pública do CNPq N°. 11/2014. Seu objetivo principal foi o de identificar e produzir dados, informações, conhecimentos, difundindo métodos e tecnologias sociais, como instrumentos de monitoramento, avaliação e assessoria ao colegiado do Território, para acompanhamento das ações de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

As ações do NEDET centraram-se em três eixos temáticos: Gestão Social, Inclusão Produtiva e Políticas de Gênero. Deste modo, as atividades desenvolvidas durante o período de vigência do NEDET, enfocaram de forma conjunta a articulação, mobilização, participação popular, monitoramento e levantamento de dados sobre as demandas territoriais e ações do colegiado territorial, com ênfase nos públicos prioritários do MDA, como agricultores familiares, assentados e reassentados da reforma agrária e de barragens, mulheres, jovens e povos indígenas. Torna-se compreensível, na Figura 8 o espaço de atuação dos NEDETs em relação às instâncias de articulação das políticas públicas já citadas.



Fonte: adaptado de DFDA/RS (2015).

A UFSM concorreu para atuação em três territórios, obtendo êxito em suas propostas. Em novembro de 2014, surgiu o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), do Território da Cidadania Noroeste Colonial/RS.

No entanto, para entender melhor o contexto de criação do NEDET-Noroeste Colonial/RS, é importante compreender a base a partir da qual nasceu o referido projeto. A partir do ano de 2008, alguns territórios rurais migraram para a denominação de territórios da cidadania, com o propósito de combater a pobreza e promover políticas de desenvolvimento social para municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, por meio de investimentos de vários ministérios do governo federal nas regiões considerados como Territórios da Cidadania. Desta forma, o MDA passou a organizar chamadas públicas para identificar estruturas de pesquisa e ensino, com objetivo de organizar núcleos que pudessem contribuir com as políticas de desenvolvimento dos territórios rurais e/ou da cidadania.

Os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial, foram unidades administrativas com função de apoiar ações de extensão e de assessoramento técnico aos Colegiados Territoriais e demais atores dos territórios rurais. Foi um instrumento que se vinculou à estratégia de fortalecimento e consolidação da abordagem territorial da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). O programa foi implementado por meio da articulação institucional e operacional de Universidades Públicas Federais e Estaduais, dos Institutos Federais de Educação e Tecnológica, das instâncias de gestão social dos territórios e da SDT. A partir de 2013, o apoio aos territórios passou a ocorrer, também, por meio da estruturação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), constituídos no âmbito de uma parceria entre a SDT/MDA e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através da Encomenda CNPq/MDA 2013. Em 2014 foi realizado novo Edital CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014 - para a constituição de NEDETs, desta vez com uma parceria que envolveu a SDT/MDA, Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR), Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e o CNPq. Os projetos foram apresentados por professores vinculados a instituições públicas de ensino superior e viabilizaram a atuação de assessores/as territoriais e recursos de custeio para as atividades dos colegiados na gestão participativa do desenvolvimento sustentável nos territórios rurais.

Nesta última chamada pública a UFSM de Palmeiras das Missões concorreu, obtendo aprovação em sua proposição. O NEDET do Território da Cidadania Noroeste Colonial/RS (TCNORC/RS) foi constituído por uma equipe de professores do Departamento de Administração e Ciências Econômicas da UFSM, Campus Palmeira das Missões e uma equipe técnica composta por cinco bolsistas vinculados ao núcleo.

O NEDET – Noroeste Colonial teve como seu principal objetivo identificar e produzir dados, informações, conhecimentos, bem como a difusão de métodos e tecnologias sociais,

como instrumento de monitoramento, avaliação e assessoria ao Colegiado do Território da Cidadania Noroeste Colonial, no acompanhamento das ações de desenvolvimento territorial do MDA.

Conforme determinação da SDT/MDA, no desenvolvimento de suas atividades, o núcleo atuou na perspectiva de três eixos temáticos, para os quais existiram assessores que concentraram suas atividades de forma individual e conjunta no planejamento e organização das ações desenvolvidas pela equipe.

Os Eixos temáticos são:

- a) **gestão social:** enfatiza a articulação e construção de redes de relacionamento entre o colegiado territorial e demais atores sociais e entidades do território, com o escopo de fomentar e fortalecer a reflexão estratégica de ações de desenvolvimento territorial que integrem e respeitem a diversidade social existente no contexto local;
- b) **inclusão produtiva:** visa fomentar projetos que impulsionem a inclusão social e produtiva, com foco no desenvolvimento socioeconômico do território, com ênfase nos pequenos Agricultores Familiares;
- c) **políticas públicas de gênero:** busca organizar e articular estratégias de empoderamento com foco na inclusão social, política e econômica para as mulheres, com vistas a garantir a participação social no colegiado e no território.

Desta forma o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Noroeste Colonial constituiu-se em um ator que interfere e que contribui no TCNORC, a partir da assessoria, mediação nas negociações e apoio a execução de atividades do colegiado. Por estar ligado a uma Universidade, reconhecida como instância de produção de conhecimento e podendo assumir uma certa isenção em relação aos interesses locais, reforça-se a legitimidade desta perante os demais atores.

2.4.1 Políticas de Gênero no Território da Cidadania Noroeste Colonial

De acordo com a Chamada CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014, os NEDETs visavam contribuir para a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, com especial atenção à superação das desigualdades de renda e gênero, por meio da articulação institucional e operacional de Universidades Públicas Federais e Estaduais, Institutos Federais de Educação Tecnológica, das instâncias de gestão social dos Territórios Rurais, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, da Diretoria de

Políticas para Mulheres Rurais do MDA e da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República.

Nesse sentido, desde a sua implantação, o NEDET Noroeste Colonial, através da Assessoria Territorial de Gênero, em conjunto com o Assessor de Inclusão produtiva e Assessora de Gestão Social, desenvolveram as atividades propostas na Chamada, como também outras atividades, garantindo a inclusão e participação efetiva das mulheres nas instâncias do Colegiado Territorial.

2.4.1.1 Políticas Públicas para as Mulheres

De acordo com Sarti (2004) a partir dos anos de 1970 ocorreu o fortalecimento do movimento feminista Brasil. De acordo com estudos de Farah (2004), Bandeira (2004) e Soares (2003) menos de uma década depois, se consolidou no movimento feminista, cujos reflexos se fizeram presentes na tentativa de incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas e programas governamentais, com o intuito de estabelecer pautas políticas específicas às mulheres.

Para Scott (1995) o conceito de gênero se estrutura a partir da ênfase nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, etc., entre os sexos, uma vez que sinaliza as condições de desigualdades presentes entre homens e mulheres, sobretudo, relações hierárquicas e de poder. Evidente que há outras desigualdades associadas, além de raça/etnia, classe, geração etc., tais como de acesso a outras dimensões da esfera pública, à justiça, como: à tecnologia, à saúde, ao sistema bancário, entre outros.

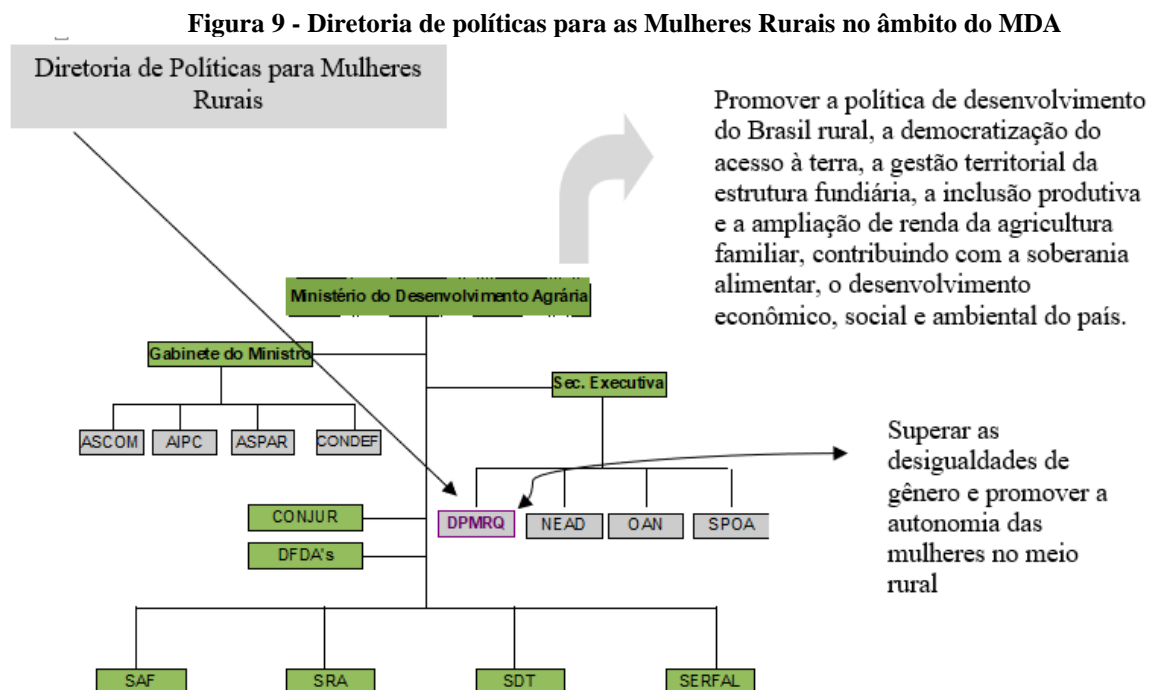
Desta forma, ao propor políticas públicas “de gênero” é necessário que se estabeleça o sentido das mudanças que se pretende, sobretudo, com vistas a contemplar a condição emancipatória e a dimensão de autonomia das mulheres. Para que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sócio histórico e culturais herdadas, pressupõe-se que o Estado evidencie a disposição e a capacidade para redistribuir riqueza, assim como poder entre mulheres e homens, entre as regiões, classes, raças, etnias e gerações.

Neste sentido, é necessário compreender que as políticas públicas com recorte de gênero são as que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas dirigidas às mulheres (FARAH, 2004; SILVEIRA, 2003). No âmbito do executivo federal, as políticas públicas para as mulheres são efetivadas pela

Secretaria de Políticas para as Mulheres⁵.

No executivo federal, as políticas públicas passam a ser orientadas pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), desdobradas pelos organismos governamentais de políticas para as mulheres – estaduais e municipais. Estes devem enfatizar os sujeitos femininos, que, dentro e fora do Estado, são capazes de impulsionar as políticas de igualdade, influenciando e contribuindo às agendas das políticas nacionais.

Na perspectiva da abordagem territorial do desenvolvimento rural sustentável, o fortalecimento e inclusão das mulheres nesse processo, é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes e políticas públicas. Essa abordagem considera a redução das desigualdades, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, como objetivos primordiais a serem atingidos. Neste sentido, a criação da Secretaria Executiva de políticas para as mulheres, veio como passo importante para o fortalecimento das lutas das mulheres, (Figura 9) no sentido de superação das desigualdades de gênero e promoção da autonomia das mulheres do meio rural.



Fonte: adaptado de Brasil (2015).

⁵ Em 2003, a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, teve seu espaço institucional elevado ao status de Ministério e transformada em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), ligada à Presidência da República. Em outubro de 2015, a SPM foi incorporada ao recém-criado Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, extinto em maio de 2016, os temas referentes à pasta passam a ser discutidos no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania (BRASIL, 2016).

Nesta perspectiva, a estratégia dos NEDETs, visou oportunizar o acesso das mulheres às políticas públicas, o estímulo à auto-organização e o fortalecimento para inserção das mulheres, tanto na agenda Territorial, quanto nas suas organizações. Avanços, importantes, são denotados por meio da criação do comitê de mulheres no colegiado territorial e pela ampliação da participação e busca por serviços e políticas específicas para mulheres rurais com foco na política territorial.

2.4.2 Empoderamento como estratégia de inclusão de mulheres

A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres não são apenas direitos humanos, mas são também imperativos para atingir o desenvolvimento inclusivo, igualitário e sustentável. Para Lisboa (2008) o empoderamento significa a alteração radical das estruturas que reproduzem a posição da mulher como submissa, sendo o empoderamento, a condição para a equidade de gênero.

De acordo com Lisboa (2008, p. 2)

[...] o primeiro passo para o empoderamento deve ser o despertar da consciência por parte das mulheres em relação à discriminação de gênero: reconhecer que existe desigualdade entre homens e mulheres, indignar-se com esta situação e querer transformá-la.

No ano de 2005 o Fórum Econômico Mundial, comprometido com a melhoria das condições do mundo, elaborou o documento *Empoderamento das Mulheres: avaliação das Disparidades Globais de Gênero* (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL - FEM, 2005) definindo neste documento as cinco dimensões para o empoderamento e oportunidade das mulheres:

- a) **participação econômica de mulheres** – relaciona-se com a presença das mulheres no mercado de trabalho em termos quantitativos. As sociedades precisam ver as mulheres menos como receptoras passivas de ajuda e mais como promotoras de dinâmicas de transformação. A mulher no mercado de trabalho diminui a pobreza e aumenta a renda familiar, desenvolvendo o país como um todo;
- b) **oportunidade econômica** - diz respeito à qualidade do envolvimento econômico das mulheres; internacionalmente, as mulheres estão concentradas, na maioria dos casos em profissões consideradas “femininas” como enfermagem, serviço social, magistério, cuidado de idosos e enfermos - e tendem a permanecer nas categorias

trabalhistas inferiores às dos homens;

- c) **empoderamento político** - diz respeito à representação justa de mulheres em estruturas de tomada de decisão, tanto formais quanto informais, e também ao seu direito à voz na formulação de políticas que afetam a sociedade na qual estão inseridas. A ausência de mulheres nas estruturas de governo significa inevitavelmente que prioridades nacionais, regionais e locais – isto é, como os recursos são alocados – são definidas sem participação significativa de mulheres, cuja experiência de vida em relação aos homens proporciona a elas uma compreensão diferenciada das necessidades, preocupações e interesses;
- d) **avanços educacionais** - é o requisito fundamental para o empoderamento das mulheres em todas as esferas da sociedade. Sem educação de qualidade as mulheres não conseguem acesso a empregos bem-pagos do setor formal, nem avanços na carreira, participação e representação no governo e influência política. Educação e alfabetização reduzem índices de mortalidade infantil e ajudam a diminuir as taxas de fertilidade;
- e) **saúde e bem-estar** – considera a diferença de acesso entre homens e mulheres a alimentos nutritivos, cuidados de saúde, facilidades reprodutivas e questões de segurança ligadas a integridade pessoal.

Na perspectiva das discussões sobre desenvolvimento territorial rural, nesse cenário criado pelo Programa Territórios da Cidadania, que se constitui a agenda de Políticas para Mulheres Rurais nos Territórios, permitiu dar materialidade ao desenvolvimento rural com igualdade para as mulheres, assumindo-se que dentre as condições prévias para o empoderamento da mulher, estão a criação de espaços democráticos e participativos.

Para Lisboa (2008) o empoderamento na perspectiva feminista

é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; é condição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como gênero; significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e as violações (LISBOA, 2008 p . 2).

O empoderamento, para Friedmann (1996) “[...] é todo acréscimo de poder que,

induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania.”.

Para Camurça e Gouveia (2004) o empoderamento político é a chave para que seja possível alcançar uma relação de igualdade de gênero/poder, sendo necessário que as mulheres façam ação política, compreendendo que o conceito de fazer ação política é transformar um problema particular e privado em problema público e coletivo e fazer política o de ocupar o espaço público do debate, da manifestação, das ruas e das praças. No entanto, o mesmo autor coloca que o empoderamento político precisa do avanço educacional, pois as mulheres precisam alcançar o pensamento crítico sobre as relações desiguais para que as encorajem a ter voz para expressar suas ideias e opiniões. Ainda para o autor, as mulheres nas áreas rurais, na maioria das vezes, abandonam os estudos por não conseguirem conciliar a árdua dupla/tripla jornada, provocando inseguranças que impossibilita de expressar o que pensam publicamente.

Cabe destacar que o empoderamento exige da mulher o autoconhecimento para que lute pelo seu bem-estar. Assim, com sua diversidade e particularidade, as relações de gênero estruturam a vida das mulheres rurais do TCNORC, e é nesse contexto que o trabalho de Assessoria Territorial de Gênero teve o compromisso de mobilizar as mulheres na luta pela igualdade de gênero, buscando através do empoderamento político o caminho para alcançar as outras dimensões.

3 MULHERES NO TERRITÓRIO NORC: ALINHAVANDO SONHOS, CONSTRUINDO ESPAÇOS

O início das atividades e processos organizativos para a atuação do NEDET, me levou a busca pela identificação de grupos de mulheres organizadas, nos 34 municípios. Já no primeiro momento, me passaram os nomes de algumas mulheres consideradas líderes” que de acordo com dirigentes do CODETER, me levariam mais facilmente a conhecer a realidade das mulheres no Território, enquanto grupos, participações e perspectivas. Sendo elas: Marcia Muller, empresária e vereadora no município de Tenente Portela, exercendo papel importante na luta por direitos das mulheres, atuante em diversas frentes, como sindicatos, associações e integrava o Núcleo Dirigente do CODETER; Dona Brasília, indígena Kaingang, sócia fundadora da Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Tenente Portela (Cooperfamiliar)¹, dirigente da Câmara Setorial Indígena do CODETER; Elisa Moura Rosa, Emater do município de Campo Novo; Yeda Godoi, no município de Redentora; Silvana Canova, Conselho da Mulher e Emater de Ijuí e Velanir Bagolin, vice-prefeita de Ajuricaba.

Algumas delas foram visitadas e contatadas para que participassem das reuniões, na tentativa de reorganização do CODETER, principalmente em busca da construção de espaços para as mulheres através da criação do Comitê Territorial de Mulheres. A proposta de formar os Comitês se fundamenta na ideia de criar espaços coletivos para as mulheres compreenderem as dinâmicas de funcionamento do território e influenciarem, com suas análises e propostas, as diferentes instâncias de gestão (BRASIL, 2014). Assim, os comitês não se propunham nem a ser novas instâncias, nem a sobrepor as dinâmicas já existentes e muito menos a apenas garantir uma participação quantitativa das mulheres. Os Comitês incidiram sobre uma realidade na qual as mulheres estavam mais representadas nos espaços de decisão em âmbito local, nos municípios onde atuavam, e iam diminuindo sua presença nos âmbitos superiores (como os Núcleos Diretivos dos Colegiados Territoriais). A dinâmica das construções coletivas, nos Territórios é a identidade que orienta e ordena as estratégias de desenvolvimento na busca do bem-estar da comunidade, que se expressa como territorialidade² através dos sentimentos políticos à energia social e a vontade coletiva nas suas mais diversas manifestações.

¹ Cooperativa de produção que reúne em torno de 350 pequenos agricultores familiares e indígenas de Tenente Portela e microrregião (CODETER, 2015).

² A territorialidade efetiva-se em distintas escalas espaciais e varia no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente (SAQUET, 2009, p. 87).

3.1 ORGANIZAÇÃO DO COMITÊ TERRITORIAL DE MULHERES E DIVISÃO TERRITORIAL

De acordo com o Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE, 2010), as mulheres têm assumido cada vez mais a responsabilidade no grupo familiar. Nas áreas rurais, a chefia familiar feminina passou de 14,6 % para 17,7% entre 2006 e 2010 (IBGE, 2010). No entanto, o reconhecimento político, através da criação de oportunidades para serem ouvidas nos espaços sociais, conforme mencionado no Fórum Econômico Mundial - FEM (2005) é uma das cinco dimensões consideradas importantes para a geração de oportunidade para as mulheres. De acordo com MDA (BRASIL, 2014) é o ponto fundamental da Assessoria de Gênero, para que se consiga alcançar a igualdade de gênero. Não excluindo as demais dimensões, também importantes, discutidas pelo Fórum, que são: Participação econômica; Oportunidade econômica; Avanço educacional e Saúde e bem-estar, já mencionadas anteriormente.

Neste sentido, a política territorial é tratada aqui como um modelo de gestão de políticas públicas descentralizadas e de participação voltadas para a inclusão de pessoas e lugares no projeto de desenvolvimento do país. Projeto este criado no Brasil, onde a responsabilidade pela implantação e execução da política territorial estava a cargo do MDA (OLIVEIRA et al., 2016).

Importante refletir que a grande parte da população pobre se concentra em pequenas cidades rurais brasileiras, onde o acesso a serviços e equipamentos públicos, que garantam direitos, qualidade de vida e oportunidades de desenvolvimento sustentável é mais difícil. Conforme Oliveira et al. (2016), no Brasil, através da Política de Desenvolvimento Territorial adotada nas últimas décadas, as mulheres, indígenas, povos e comunidades tradicionais estão fortemente integrados e a participação em espaços de discussões é crescente (OLIVEIRA et al., 2016). Nesta política, a participação social se qualifica no campo democrático da sociedade e o protagonismo social baseia-se na participação das figuras da sociedade e sua diversidade na hora de tomar decisões (SANTOS et al., 2016).

Na perspectiva do desenvolvimento territorial recomenda-se a atenção a heterogeneidade dos territórios, pois, cada território possui uma diversidade de atores sociais e de interesses, além de outras características econômicas, geográficas e políticas. Esse fato exigiria a necessidade de uma estratégia territorial conduzida com competências, como habilidades e coordenação, para que a participação social de todos seja garantida e que venha a serem alcançados os objetivos dessa estratégia que visa, primordialmente, a participação social de todos os atores (BRASIL, 2003).

Para isso, o investimento social torna-se decisivo para que sejam alcançadas melhores

condições de vida para a população e nesse sentido é fundamental o entendimento de que o acesso aos serviços públicos básicos é requisito para que o desenvolvimento territorial se transfigure em valor tangível para as populações mais pobres. Para que haja efetividade de investimentos, torna-se necessário a cooperação entre agentes públicos e privados (BRASIL, 2003). Nesta análise, considera-se que, para que a participação social no desenvolvimento territorial seja eficaz, é preciso que agentes públicos e privados andem em sintonia, para que as políticas públicas sejam garantidas e colocadas em prática, pois dessa maneira conseguir-se-ia fomentar ainda mais a participação no desenvolvimento em diversas territorialidades.

Nas propostas dos projetos do MDA em relação às políticas de desenvolvimento territorial havia a previsão de assessorias que consolidavam o Território enquanto gestão coletiva de todos aqueles que o habitam: o assessor territorial de gestão social (ATGS) e o assessor territorial de inclusão produtiva (ATIP). Como diferencial e com vistas ao fortalecimento às políticas de gênero, na chamada 11/2014 do CNPQ/MDA foi criada a assessoria territorial de gênero (ATGE) e é sobre o trabalho da ATGE, , que se propõe, no presente trabalho, a acompanhar as experiências vivenciadas pelas mulheres, como, a seguir, destaca-se as vivências no TCNORC.

As principais atividades desenvolvidas na assessoria de gênero ao Colegiado Territorial, sumarizadas no Quadro 1, destacam importantes realizações, juntamente com a equipe do NEDET no fortalecimento e qualificação da atuação dos Colegiados territoriais.

Quadro 1 - Atividades desenvolvidas pelo NEDET/NORC com a participação das mulheres

Ano	Atividade
2014 a 2017	Suporte técnico e metodológico para o funcionamento dos Colegiados Territoriais mediante a realização das reuniões e encontros das suas institucionalidades, permitindo a realização de plenárias, reuniões de Núcleos Dirigentes e reuniões de câmaras temáticas, reuniões de lideranças focando o desenvolvimento regional;
2015	Criação de comitês territoriais junto ao Colegiado Territorial, passando a ter a paridade de gênero;
2016	Mobilização, preparação e realização de 03 Conferências Territoriais voltadas para públicos ou temas específicos tais como: mulheres, jovens e ATER;
	Participação da organização de 02 encontros estaduais dos Comitês Territoriais de Mulheres, com a participação significativa das mulheres do Território da Cidadania Noroeste Colonial;
	Realização do Encontro Regional de Gênero Cidadania e Participação Social: atores em movimento;
	Realização de ações de monitoramento de implementação de políticas públicas de inclusão produtiva, destacando-se o processo de discussão e elaboração de projetos de infraestrutura e serviços (PROINF) voltados para grupo de mulheres rurais e comunidade indígena.
	Mapeamento do PNAE, realizado no território que desencadeou outros projetos de inclusão produtiva que visam a soberania e segurança alimentar e nutricional, além da geração de renda com foco nas mulheres; Eleição da coordenadora do CODETER.
2016 e 2017	Criação do Coletivo de Mulheres indígenas da T.I. Guarita, onde teve articulação com outras instituições de ensino e o apoio das lideranças indígenas.

Ano	Atividade
	Elaboração e proposição para a chamada CNPq/MCTIC Nº 016/2016, Segurança Alimentar Em Cantinas Escolares Dos Municípios Do Território Da Cidadania Do Noroeste Colonial/Rs: Diagnóstico e intervenção
2017	Realização do 1º Seminário das Mulheres Indígenas do Rio Grande do Sul, na TI Guarita

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Foram realizados dois encontros regionais, um em cada região, até a formação do Comitê. Para os encontros, eram elaborados convites enviados por e-mail e também contávamos com a colaboração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), da regional de Ijuí, Campo Novo e Três Passos que se encarregavam de entregar, muitas vezes em mãos, os convites para a mulheres (ANEXO A). Foram discutidos temas como: a participação das mulheres no desenvolvimento territorial, gênero, empoderamento, entre outros, com o objetivo de despertar o interesse das mulheres rurais em participar das reuniões do CODETER e passar a fazer parte das instâncias de decisões, como a equipe diretiva e técnica, como também, a participação nas câmaras temáticas, onde são discutidas e levantadas demandas de investimentos locais e também regionais.

Neste sentido, a partir das construções coletivas, e atividade realizadas com as mulheres, foi criado, o Comitê Territorial de Mulheres (Quadro 3) que contempla a conformação estabelecida pelos atores sociais, com representação das instituições e, mesmo que separadas por região, considerando as territorialidades das duas regiões que compõem o TCNORC, foi possível congregiar as diferentes ideias e posicionamentos e construir uma representação feminina na composição do CODETER. No dia 31 de julho de 2015, em plenária, foi entregue ao coordenador do CODETER uma carta de apresentação do Comitê (ANEXO B) e ofício para que o mesmo passasse a integrar o Colegiado naquele dia. O Comitê foi aceito pela plenária e desde então, passou a participar das plenárias territoriais.

Quadro 2 - Composição do Comitê Territorial de Mulheres do Território da Cidadania Noroeste Colonial

COMITÊ TERRITORIAL DE MULHERES TERRITÓRIO DA CIDADANIA NOROESTE COLONIAL- RS ATUALIZAÇÃO / 2016	
Nomes – Região Amuceleiro	Entidade
Fátima M. Marrone Rosa Lopes	Unijuí,
Ivete Which	FETRAF SUL
Eni Back	FETRAF SUL
Simone Galli	SINTRAF
Brasília Ribeiro Freitas	Terra Indígena Guarita
Taíse Ediane Becker	SINTRAF
Isabel Arbo	Emater- RS,
Marcia Muller	Câmara de Vereadores de Tenente Portela
Francieli Rosseti	Cooperfamiliar
Elisiane Rodrigues	Clube Mães
Regina Goj-tes Emílio	Educação indígena
Pricila Góre Emílio	Saúde indígena
Yeda Godoi	Assistência Social – Redentora
Marcia Silva Pires (vice coordenadora)	Sindicato dos Trabalhadores Rurais – Campo Novo

COMITÊ TERRITORIAL DE MULHERES TERRITÓRIO DA CIDADANIA NOROESTE COLONIAL- RS ATUALIZAÇÃO / 2016	
Nomes – Região Amuceleiro	Entidade
Carla R. Andriguetto (coordenadora)	Agricultora
Ana Dilce Carneiro	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Total Participantes Amuceleiro: 16	
Nomes – Região Amuceleiro	Entidade
Albertina Weloj	MST- Agricultora familiar
Neide M.Durcks	17º Coordenadoria de saúde
blvanir Kuchack	STR – Agricultora familiar
Asta da Silva	Comissão Regional de Mulheres
Mônica Martins da Trindade	Regional Sindical de Jovens
Susane de Fátima Pereira	Casa Familiar Rural
Rosemere H.do A. Marques	Coopercampo
Fernanda Cabral	UFSM
Rosana Tenroller	Câmara Vereadores de Ijuí
Eronita Barcelos Marques	Unijuí
Elaine Marisa Andriolli	NIPEDET/UFSM
Rosane Rodrigues Felix	UNICRUZ
Ethel Bastos da Silva	UFSM
Maieli Frizon (secretária)	Estudante –UFSM
Total participantes Amuplan : 14	
Total de integrantes: 30	

Fonte: Elaborado pela autora a partir da Ata do Comitê Territorial de Mulheres, nº 001, do dia 30/06/2016.

O Comitê Territorial é composto de 30 mulheres, sendo 16 da região Celeiro, que contempla 21 municípios e 14 da região Amuplan, onde contempla 13 municípios. Dentre as entidades estão: duas universidades da rede privada e uma federal, sindicatos, poder executivo e legislativo, cooperativas, movimentos sociais, indígenas, agricultoras, coordenadoria de saúde e coordenadoria de educação. Ainda na reunião do dia 30 de junho de 2016, participantes da reunião decidiram elencar algumas demandas para ser apresentada para o Colegiado, ficando assim definidas as demandas mais urgentes;

Reorganização do PTDRS; Paridade de gênero nas instâncias do colegiado; Legalização da comercialização de produtos da agricultura familiar (pactuação municipal); Auxílio/formação em gestão de cooperativas; Informação/formação da política pública do PNAE (gestores, nutricionista, merendeiras e agricultores familiares) (ATA COMITÊ TERRITORIAL DE MULHERES nº 001/30/06/2018).

Cabe destacar que o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário (PTDRSS)³ do TCNORC, enunciado na ata, encontra-se em fase de finalização, desde 2011, onde foi contratada uma empresa para a elaboração e a mesma não entregou até o ano de 2017. Os motivos da não entrega são desconhecidos pela equipe do NEDET e não constam nos materiais analisados do CODETER. O que se pode ressaltar é que o PTDRSS é um instrumento importante

³ O PTDRSS tem como objetivo orientar as ações estratégicas do Território no sentido de viabilizar um processo de desenvolvimento sustentável e é observado pelos Ministérios para liberação de recursos para investimentos nessa região (BRASIL, 2009)

para as ações estratégicas do desenvolvimento sustentável do Território, mas que não foi possível avançar para a reestruturação do Plano, por decisão da coordenação do Colegiado. Mais a diante será retomado este tema.

Embora o Comitê Territorial de Mulheres, tenha esta configuração de divisão por região, durante os 30 meses de atuação da assessoria de gênero, foram realizadas 121 atividades, entre: reuniões, rodas de conversa, conferências, encontros, plenárias, seminários e visitas. Para facilitar o deslocamento e também, para que tivesse a participação de mais mulheres, algumas reuniões e encontros foram realizados por região, o que, ao que se percebeu nos relatórios, as construções estabelecidas foram proveitosas no sentido de estar mais próximas umas das outras e de se identificarem regionalmente. E também, por considerar as diferentes dinâmicas territoriais que demandam ações com recortes específicos para intervenção, considerando que o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre as pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizados e convertidos em eixo central para a definição de iniciativas orientadas ao desenvolvimento.

Um fator importante a destacar é quanto a pouca participação do poder público no Comitê Territorial de Mulheres. De acordo com o Quadro acima, da Composição do Comitê, dos 34 municípios, apenas o município de Redentora indicou representante no Comitê de Mulheres, não efetivando, desta forma, no CODETER, a paridade entre sociedade civil e poder público, preconizado pelo MDA. As reuniões do Comitê Territorial de Mulheres eram realizadas em municípios diversos, sempre procurando incentivar a participação de mulheres do município anfitrião e pautando temas que contribuíssem para a promoção dos direitos humanos, autonomia, da economia solidária, inclusão produtiva e empoderamento (Figura 11).

Figura 5 - (A) Reunião do Comitê Territorial de Mulheres na sede do NEDET Palmeira das Missões-RS; (B) Reunião do Comitê Territorial de Mulheres no município de Ijuí-RS



Fonte: NEDET, 2015.

Nestas reuniões foram elencadas as políticas públicas para mulheres existentes nos

municípios de abrangência do Território e também foram realizadas palestras sobre a questão de gênero, esclarecimentos sobre violência doméstica e direitos das mulheres. Para as palestras, eram convidados professores da UFSM e outras instituições, tais como: UNIJUI e UNICRUZ. Além das formações políticas se utilizou do espaço das reuniões do comitê para se troca de saberes sobre iniciativas realizadas em outros municípios que tiveram resultados positivos, como por exemplo, os quintais produtivos e hortas comunitárias, para que possam ser replicados em outros municípios do Território.

Cabe destacar que o município de Ijuí, com 128 anos de existência, mais populoso do TCNORC, com 78.461 habitantes, sendo 38.116 homens e 40.345 mulheres, apresenta uma caminhada pela conquista de direitos das mulheres, que foi iniciada nas décadas de 80 e 90, com a mobilização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Fetag, Cotrijuí, Unijuí e a União das Mulheres de Ijuí, que protagonizaram os movimentos por aposentadoria da mulher rural, saúde e segurança. Na área de segurança, primeiro houve a instalação de um Posto de Atendimento à Mulher junto à Polícia Civil e, posteriormente, em 2005, a instalação da Delegacia da Mulher, o que, de acordo com informações junto a Prefeitura de Ijuí, coloca o município entre os pioneiros na luta pelo fim da violência contra a mulher e na busca por atendimentos exclusivos e/ou especializados. Com avanços gradativos, em 2007 foi criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Em 2012 foi instalado junto ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), e o Serviço de Atendimento Especializado à Mulher de Ijuí (Saemi). Com o intuito de dar maior resolutividade ao trabalho de atendimento e proteção à mulher em situação de violência, em 2013 foi criada em Ijuí a Rede de Proteção à Mulher. Em 2007, a partir da mobilização das mulheres foi criado o Fórum Permanente da Mulher, espaço de ativismo e articulação do movimento das mulheres de Ijuí. O município de Ijuí conta com Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher e também conta com a Patrulha Maria da Penha (2015), para o atendimento das ocorrências de violência doméstica, e no ano de 2017, o município aprovou o Plano Municipal de Políticas Públicas para as mulheres, com o objetivo de incrementar as políticas públicas para as mulheres do Município de Ijuí, viabilizando a transversalidade (IJUI, 2017).

Desta forma, o município de Ijuí é referência para os demais municípios que compõem o TCNORC, pois apresenta uma caminhada de muitas conquistas, que servem de modelo a ser seguido. Importante salientar que, talvez, pelo fato de o município de Ijuí possuir um avanço na implementação de políticas públicas para as mulheres já em fase avançada, em relação aos demais municípios do Território, em várias reuniões do Comitê, as representantes de Ijuí não estiveram presentes. Porém, todas as vezes que foi solicitada a contribuição em forma de palestra, roda de

conversa, a coordenadoria de mulher sempre mandou representante e contribuiu na organização, como foi o caso da Primeira Conferência Territorial de Políticas para as mulheres.

Um dado que denota o a conquista de espaços de participação por parte das mulheres, na arena política foi a eleição de uma mulher como coordenadora do Colegiado, realizada na Plenária do CODETER em dezembro de 2016 com gestão até dezembro de 2018, assim como a paridade de gênero nas instâncias do CODETER. Acredita-se que um fator que contribuiu para isso, foi a garantia de participação através dos recursos do NEDET, associado as ações de fortalecimento dos grupos de mulheres nos municípios e na área indígena, foram fundamentais para esse processo, conforme depoimentos das mulheres integrantes do CODETER, como mostra o trecho a seguir:

[...] o fato de não necessitarmos de dinheiro para ir às reuniões é muito bom, pois de certa forma, nos dá autonomia, por mais que muitas ainda não vejam que o recurso financeiro nos oferece autonomia. Elas podem ir sem precisar pedir dinheiro para o marido. Eu não preciso, tenho meu dinheiro. Planto e vendo pro PNAE e nas feiras, além do aposento. Mas muitas trabalham muito em casa e precisam sempre pedir dinheiro quando vão sair (Dona Brasília, em 05/11/2015).

Outro fator, é a autonomia econômica que tem caráter fundamental para a participação das mulheres nos espaços sociais, pois a participação nas reuniões e atividades do Território é voluntária e nestes momentos de ouvir os atores, percebe-se que muitas vezes a participação esvazia-se, muito em função de recursos de deslocamento, alimentação e até mesmo o dia de serviço de uma agricultora, por exemplo. Evidenciando-se então, a importância dos recursos financeiros para a mobilização e articulação para que se tenha êxito nas ações.

Logo após as reuniões regionalizadas, foi possível perceber, pela motivação e a partir do aumento do quantitativo de mulheres nas reuniões, que as elas estavam despertando para participar cada vez mais nas reuniões e como resultado foi criado:

- a) um Comitê Territorial de Mulheres, com a participação de 30 (trinta) integrantes representando quase a totalidade dos municípios pertencentes ao território;
- b) um Coletivo de Mulheres Indígenas, com a participação de mais 10 (dez) mulheres indígenas que compõem a coordenação do coletivo.

A partir desta organização inicial, houve a participação nas seguintes atividades: a I Conferência Territorial de Políticas para as Mulheres; I Conferência Territorial de ATER (Assistência Técnica Territorial); Encontro Regional de Gênero, Cidadania e Participação Social; Encontro Regional dos Comitês Territoriais de Mulheres, com a participação de quatro territórios; Encontro Estadual dos Comitês Territoriais de Mulheres, com a participação dos 18 territórios do Estado do Rio Grande do Sul, entre outros seminários, encontros e palestras

regionalizadas, com o propósito de desenvolver estratégias para o trabalho de empoderamento de grupos de mulheres no Território.

3.2 CONFERÊNCIA TERRITORIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Com a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) no ano de 2003, ocorreram a institucionalização das políticas de gênero e a proposta de transversalização do seu conteúdo em âmbito federal. Esse órgão possuía a competência para a formulação, coordenação e articulação das políticas para a promoção da equidade entre homens e mulheres. Com este propósito em julho de 2004, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Política para Mulheres (CNPM) onde foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Política para Mulheres (PNPM)⁴, evento fomentado pela SPM. Este Plano visava reverter o quadro de desigualdade social enfrentado pelas mulheres, sendo orientado por princípios como igualdade, justiça social, respeito à diversidade e autonomia das mulheres, no campo e na cidade. A partir da primeira, foram realizadas mais três conferências nacionais, em 2007 e 2011, com elaboração de mais dois planos.

Um momento delicado foi quando aconteceu a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, nos dias 10 à 13 de maio de 2016, em um contexto político que marcou a história do país, em que foi julgado o processo de impedimento do segundo mandato de Dilma Rousseff, primeira mulher reeleita, de maneira democrática, presidente do Brasil. O *impeachment* foi marcante para os movimentos sociais em geral, especialmente o das mulheres. Como resultado desta mudança nos rumos políticos da nação, o governo que assumiu, de Michel Temer, extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, passando este tema o âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania.

Como preparação para a 4ª CNPM, foi realizada a I Conferência Territorial de Políticas para as Mulheres no dia 16 de setembro de 2015, no município de Campo Novo/RS (ANEXO C). Este evento contou com uma solenidade de abertura com pronunciamento de autoridades, com os procedimentos formais (análise e aprovação o regimento da Conferência, cuja leitura foi feita pela presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do município de Campo Novo).

Na sequência, aconteceu o painel de debates, que teve como tema “Mais direitos,

⁴ Em 2003, a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, teve seu espaço institucional elevado ao *status* de Ministério e transformada em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), ligada à Presidência da República. Em outubro de 2015, a SPM foi incorporada ao recém-criado Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, extinto em maio de 2016, os temas referentes à pasta passam a ser discutidos no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania (BRASIL, 2016)

participação e poder para as mulheres” e apresentou elementos para a construção de estratégias para superação da desigualdade entre mulheres e homens e orientou as participantes para a elaboração de propostas de políticas públicas para as mulheres. A painelistra foi Joice Nielson, professora da UNIJUÍ, doutoranda em Direito pela UNISINOS.

No período da tarde foram realizadas discussões em grupos, divididos pela orientação dos eixos temáticos da 4ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, tendo como foco o Texto Base. Nas discussões em grupos foram levantadas as propostas territoriais para serem levadas para a Conferência estadual (Quadro 2).

Quadro 3 - Propostas por Eixo Temático discutido na I Conferência Territorial de Políticas para as Mulheres, Campo Novo, RS

<p>EIXO I</p> <p>Contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Criação de casa de passagem regional para mulheres vítima de violência, de forma consorciada por associações (AMUPLAN, AMUCELEIRO), com orçamento tripartite (municípios, estado e União) 2) Capacitação (formação continuada) de conselheiros, profissionais da rede de atenção e demais entidades que trabalham com mulheres, bem como das próprias mulheres 3) Resgate de projetos como “Mulheres da Paz”, Promotoras Legais Populares, Mulheres Mil, em que as mulheres participantes sejam remuneradas com recursos do Estado a fim de sejam multiplicadoras e possam agir em suas próprias comunidades; 4) Criação de estratégias de formação de Recursos Humanos para mulheres de forma que sejam respeitadas as demandas locais; 5) Criação de um programa específico que vise a prevenção da violência contra as mulheres em que entidades governamentais e não governamentais possam ter acesso às escolas públicas e privadas; 6) Fortalecimentos dos conselhos dos direitos das mulheres já existentes e criação nos municípios do Território Noroeste Colonial em que ainda não existem.
<p>EIXO II</p> <p>Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Repensar o PRONAF Mulher para que os valores tenham um projeto financeiro mais voltado para elas; 2) Criar e/ou reformular uma proposta de ação para efetivar os conselhos municipais; 3) Criação de uma coordenadoria municipal com uma demanda de recurso municipal através da criação de um fundo municipal da mulher, em cada município. <p>Estadual</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Criação de novas casas regionais para acolhida de mulheres e filhos em situação de violência com acompanhamento, reinserção e reabilitação. 2) Política de apoio a profissionalização das mulheres rurais. 3) Incentivo e valorização do artesanato rural e habilidades manuais para fomentar a geração de renda.
<p>EIXO III</p> <p>Sistema político com participação das mulheres e igualdade: recomendações.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Maior união entre mulheres, 2) Mobilização dos partidos políticos, onde as mulheres tenham mais direitos/oportunidades/igualdade, não só por questões de cotas, mas como cidadão. 3) Criação de conselho municipal da mulher; 4) Sensibilidade da mulher em assumir espaços públicos; 5) .Encontro entre mulheres urbanas e rurais no âmbito município/território, com objetivo de fortalecer e valorizar a participação da mulher na sociedade 6) Ampliação do espaço público e garantia de estar nele. 7) Garantia e empoderamento do serviço.

Fonte: Elaine Marisa Andriolli, assessora territorial de gênero.

Ao final da plenária, após aprovadas às propostas a serem encaminhadas à 4ª CNPM, foram eleitas as delegadas titulares e suplentes, as quais participaram da Conferência Estadual de

políticas para as Mulheres, representando o Território da Cidadania Noroeste Colonial, que aconteceu nos dias 07 e 08 de novembro/2015, em Porto Alegre. Das demandas levantadas na conferência territorial, quatro delas foram escolhidas para ser apresentada na Conferência Nacional das mulheres que ocorreu em março de 2016, onde teve a participação de duas delegadas do Território que foram em defesa das demandas e dos direitos das mulheres.

Cabe destacar, que na formulação das demandas de políticas públicas para o Território, chamou atenção a questão da violência contra as mulheres, destacas nas demandas 1,5 e 6 do Eixo I, descritas no Quadro 2. O assunto “violência” não tinha vindo à tona nas discussões em reuniões, rodas de conversas, realizadas no Território. Acredita-se que na conferência houve uma maior participação dos municípios integrantes do Território, o que, de certa forma, permitiu que esse diálogo acontecesse e tornasse visível que existe violência no meio rural.

3.2.1 Imagens da 1ª Conferência Territorial de Políticas para as Mulheres

Esta narrativa visual busca retratar os momentos acompanhados e vividos durante a realização dos encontros dos atores sociais. A necessidade de reconhecimento e o sentimento de pertencimento que as mulheres demonstraram, são reflexões que nos fazem acreditar que a ciência também se faz diretamente com a comunidade, que, sem o qual, o conhecimento acadêmico científico perderia o sentido.

Figura 11 – Primeira Conferencia Territorial de políticas para as Mulheres



Fonte: Arquivo NEDETNORC (2016)

Figura 11 – Primeira Conferencia Territorial de políticas para as Mulheres (continuação)



Fonte: Arquivo NEDETNORC (2016)

3.3 PRIMEIRO ENCONTRO MULTITERRITORIAL DE GÊNERO, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: ATORES SOCIAIS EM MOVIMENTO

O ano 1975 foi designado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher e, em dezembro de 1977, a data de 8 de março foi adotada como o Dia Internacional da Mulher para lembrar as conquistas sociais, políticas e econômicas das mulheres. Essa data simboliza a busca de igualdade social entre homens e mulheres, em que as diferenças biológicas sejam respeitadas, mas não sirvam de pretexto para subordinar e inferiorizar a mulher. Para tanto, deve ser vista como momento de mobilização para a conquista de direitos e para discutir as discriminações e violências morais, físicas e sexuais ainda sofridas pelas mulheres decorrentes das desigualdades de gênero.

Neste sentido o Primeiro Encontro Multiterritorial de Gênero, Cidadania e Participação Social: atores sociais em movimento, buscou congregiar atrizes e atores sociais/cidadãos dos Territórios da Cidadania Noroeste Colonial e Território da Produção do Rio Grande do Sul a fim de tecer discussões e reflexões acerca da participação de mulheres em movimentos sociais, empoderamento, autonomia econômica e educação para igualdade de gênero, tendo em vista a importância do dia 8 de março no processo de luta social pela igualdade de direitos entre os sexos.

No Brasil, os estudos de gênero foram introduzidos na década de 1980, buscando problematizar a forma como as sociedades utilizam diferenças e desigualdades entre homens e mulheres como fator de organização da vida social, conferindo visibilidade social e política a temas como aborto, direitos sexuais e reprodutivos, violência contra a mulher, trabalho doméstico, família, maternidade e cuidado infantil, entre outros (MEYER, 2004).

O Conceito de gênero pode ser definido como “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, ou ainda, “[...] um primeiro modo de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p.86). A perspectiva adotada para o encontro foi convergente a abordagens mais ampliadas, como a proposta por Meyer (2004), em que gênero é compreendido como ferramenta teórica e política, com ênfase em seu caráter relacional, cujas análises e intervenções empreendidas nesse campo de estudos devem considerar os processos de construção social, cultural e linguística que diferenciam mulheres e homens, incluindo aqueles que produzem seus corpos, distinguindo-os e nomeando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade, ou, pelo menos, tomar como referência as relações – de poder – e as muitas formas sociais e culturais que, modo interdependente e inter-relacionado, educam homens e mulheres como “sujeitos de gênero”.

Do ponto de vista histórico e de conquistas sociais, um importante avanço no cenário brasileiro foi a criação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), com status de Ministério, tendo por finalidade formular, coordenar e articular políticas transversais para as mulheres com vistas à promoção da igualdade de gênero. No ano seguinte ocorreu a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (I CNPM), marco importante no campo das políticas públicas e na afirmação dos direitos femininos, quando foram apresentadas as propostas para a elaboração do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), com ações prioritárias a partir de quatro linhas de atuação: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos e enfrentamento da violência contra as mulheres (BRASIL, 2005b).

Desse Plano resultou a proposição da “Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) para o período de 2004 a 2007 – Princípios e Diretrizes” (BRASIL, 2005b). Essa política foi inovadora, ao incluir objetivos específicos para promoção da saúde das trabalhadoras do campo e da cidade, cujas ações consistem em: implementar ações de vigilância e atenção à saúde da trabalhadora da cidade e do campo, do setor formal e informal, e introduzir nas políticas de saúde e nos movimentos sociais a noção de direitos das mulheres trabalhadoras relacionados à saúde (BRASIL, 2004).

Em 2006, surge é criada a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) que tem como potencialidade a ênfase nos processos participativos e integrados, no estímulo e promoção da autonomia, o controle social e as redes de apoio social para o enfrentamento de problemas, situações ou demandas individuais e coletivas. Esta Política fomenta, ainda, a elaboração de outras políticas públicas integradas que visem à melhoria da qualidade de vida no planejamento de espaços urbanos e rurais; a redução da morbimortalidade em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas e por acidentes de trânsito; o estímulo à adoção de modos de viver não violentos e o desenvolvimento de uma cultura de paz (BRASIL, 2010).

Em 2011, ocorreu a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (III CNPM), cujo resultado é o III Plano (PNPM 2013 - 2015), que traz, em suas proposições, destaque para: autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho; educação inclusiva; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento do racismo, sexismo, lesbofobia e de todas as formas de violência contra as mulheres; desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade, na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar; direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, dentre outros (BRASIL, 2011).

Esse arcabouço jurídico, resultado de ampla mobilização de diferentes setores sociais, em especial dos movimentos feminista e de mulheres, justifica a realização de um evento, como o que foi realizado, o qual teve a pretensão de fortalecer a trajetória histórica, necessária e sempre atual, de mobilização das mulheres, neste caso dos Territórios da Cidadania Noroeste Colonial e da Produção, reforçando a estratégia de priorizar e reconhecer nas ações territoriais, as mulheres enquanto sujeito político e protagonistas de suas histórias de transformação, no sentido de contribuir para o empoderamento rumo à igualdade de gênero, considerando a diversidade de mulheres que lutam pelas políticas públicas.

O Encontro ocorreu no dia 17 de março de 2016, Auditório do Campus da UFSM de Palmeira das Missões, teve a participação de 350 mulheres credenciadas, representando 45 municípios pertencentes aos Territórios da Produção e Noroeste Colonial. Foi organizado pelos NEDETs dos dois Territórios em parceria com o Grupo de Pesquisa e Extensão em Gênero, Cidadania e Participação Social, vinculado ao curso de Enfermagem do Campus UFSM PM. Destaca-se a participação, na roda de conversa, de uma mulher religiosa, uma indígena, uma agricultora, uma representante do movimento LGBT, representante do movimento negro e movimento dos trabalhadores desempregados.

3.3.1 Imagens para pensar a diversidade

As imagens a seguir refletem os momentos vivenciados em um dia de atividade prática, mas que foram necessários muitos outros dias de organização, planejamento e principalmente argumentos junto aos grupos envolvidos, quanto ao sucesso do evento, quanto a recursos necessários, quanto ao significado de se discutir a diversidade.

As fotografias selecionadas procuram dar visibilidade para a diversidade de pessoas envolvidas e que constituem o seu espaço de (re)existência em seus territórios.

Figura 12 – Encontro Multiterritorial de Gênero, Cidadania e participação Social



Fonte: Arquivo NEDETNORC (2016)

Este conjunto de imagens poderia ser sintetizado nas palavras, emoções e significados trazidos pelas participantes da Mesa: Mulheres em Ciranda, que, apesar da diversidade regional das participantes do Encontro, perceberam-se ligadas entre si por uma identidade, comum, tendo em vista as similaridades em suas trajetórias de vida, em que ganha destaque elementos como a participação social e engajamento na política para as mulheres. Suas experiências de participa em grupos associativos e movimentos são bastante expressivas. São mulheres portadoras de um capital social e político, muito significativo e diversificado, construído ao longo de suas trajetórias de vida. São lideranças que estão buscando, através direitos e por melhores condições de vida para si, para a família e para a comunidade e para a região, considerando a abrangência do evento.

Nesta perspectiva, Butto (2011, p. 68) ressalta que:

[...] é fundamental perceber que a inserção das mulheres rurais em outros espaços significa a participação delas na esfera pública, que o processo de participação qualifica sua ação política e ressignifica o seu papel enquanto sujeito no espaço público e privado. Assim, ao colocar as mulheres rurais na esfera pública, espaços como grupos produtivos contribuem para um questionamento da invisibilidade política, social e econômica, em que essas estão imersas, bem como para a denúncia e o enfrentamento das desigualdades estruturantes (direitos sociais, bens e serviços) e das desigualdades culturais (violência sexista, divisão sexual do trabalho), abrindo caminho para a democratização do meio rural brasileiro.

3.4 MOBILIZAÇÕES DAS MULHERES INDÍGENAS NA LUTA POR DIREITOS: COLETIVO DE MULHERES INDÍGENAS

A Terra Indígena Guarita (TIG), maior reserva indígena do estado do Rio Grande do Sul/Brasil, da Etnia Kaingang, conta com mais de 23 mil hectares de área, abrangendo os municípios de Redentora, Tenente Portela e Erval Seco. É nestas localidades que os índios cultivam alimentos como feijão, batata doce, mandioca, moranga, abóbora, cana de açúcar, amendoim, arroz e diversas variedades de milho crioulo, comumente utilizados para o autoconsumo e a produção excedente são comercializadas internamente na Terra Indígena Guarita-TIG e no comércio dos municípios a qual pertence. Os índios Kaingang são considerados um dos grupos mais numerosos que habitam o Brasil, com aproximadamente 37 mil pessoas, de acordo com o censo demográfico do IBGE (2010). Sozinhos correspondem a quase 50% de toda população de língua Jê, estando entre os cinco povos indígenas mais populosos no Brasil. Desenvolvem sua cultura aos arredores de pinheirais das regiões sul e sudeste do país, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Desse modo, torna-se relevante relatar a trajetória da formação do coletivo de mulheres

indígenas, como perspectiva de empoderamento e reconhecimento no contexto daquela comunidade, visto que os índios Kaingang são considerados um dos grupos mais numerosos que habitam o Brasil, e especificamente na terra Indígena em estudo, o número chega aproximadamente sete mil indígenas, conforme informações obtidas na Prefeitura do município de Tenente Portela (2016). Em vista das alterações no curso histórico-cultural destas populações – provocadas principalmente pelo avanço e pressões de uma sociedade que pouco compreende o modo de vida indígena –, com o propósito de contribuir com o resgate cultural e permanência de seus hábitos alimentares, participação social e melhor qualidade de vida, as mulheres indígenas tem suas preocupações voltadas às questões alimentares dos indígenas, ao empoderamento das mulheres indígenas, na perspectiva de dar continuidade às questões culturais e modos de vida daquela comunidade.

Partindo deste pressuposto, as mulheres indígenas se organizam, reivindicam espaços, articulam-se na esfera pública e privada para lutarem por igualdade, representatividade e melhores condições de vida. Para Santos (2013) a entrada das mulheres indígenas na arena política em prol de maior autonomia é um processo complexo. Neste contexto, considera-se o tipo de apoio e alianças que tem estabelecido na comunidade, e também, as demandas construídas conjuntamente. Desta forma, ao participar mais ativamente de um campo exclusivamente masculino, como é o da política indígena, é necessário elaborar continuamente a inserção de gênero e negociar com diferentes atores para que haja a garantia da participação e aceitação nestes espaços.

Historicamente as questões de gênero são bastante influentes entre os povos indígenas. Essas diferenças se tornam mais explícitas principalmente nas condições de poder, papéis, tarefas, direitos e responsabilidades. Na cultura indígena são conferidas às mulheres, atribuições específicas, como na criação dos filhos, cuidados com a casa e o trabalho na roça.

No entanto, essa perspectiva vem mudando, hoje o papel exercido pelas mulheres é de grande relevância social, econômica, familiar e até política. Suas contribuições são fundamentais na manutenção da estrutura familiar, na produção de alimentos, na preservação da cultura e das sementes crioulas, etc.

As mulheres indígenas desempenham expressivo papel na geração de renda familiar, através da comercialização do artesanato e o trabalho dentro e fora da aldeia. Conforme afirma Claudino (2015, p. 20), mulheres indígenas contribuem ativamente no sustento familiar:

Muitas vezes são as mulheres que buscam a sustento e a sobrevivência da família por meio de roças familiares, da confecção e venda de artesanato em cidades e feiras, da prestação de serviços temporários em casas de famílias, junto a produtores rurais e empresas diversas, como em frigoríficos, do trabalho como funcionárias públicas na educação e saúde etc. Possuem como estratégia o empenhar-se na proteção ou

reestabelecimento do equilíbrio entre a extração e a regeneração dos recursos naturais e renováveis.

As mulheres também são consideradas protagonistas na educação dos filhos, bem como na manutenção e disseminação da cultura, nas tradições, nos saberes e nos rituais Kaingang.

Na organização social do povo indígena Kaingang a maior parte da educação dada aos filhos parte da mãe, a principal responsável no processo da educação do indivíduo que nasce, que também faz parte da sociedade. Este aprendizado pode ser constatado em momentos no convívio social Kaingang e no cotidiano familiar junto da mãe, em que se pode acompanhar a preparação de comida típica, como por exemplo: o fuva e na busca do milho para ralar e fazer o ãmĩ. A preparação do artesanato também é um momento em que essa interação acontece, desde a busca da taquara e outras matérias-primas até a confecção das peças. A criança ajuda na raspagem da taquara e em outras etapas da confecção. Com a mãe ela lava roupa, aprende histórias contadas e ensinadas pelas avós de como são os afazeres da casa. Tudo isso a criança aprende não como serviço forçado, mas sim como um aprendizado espontâneo. (CLAUDINO, 2015, p. 25).

As mulheres também estão conquistando seu espaço na busca do conhecimento, formação acadêmica e profissional, adquirindo habilidades, competências e capacidades intelectuais. Ao longo do tempo as mulheres Kaingang buscam conquistar seu espaço e poder sobre si mesmas e na relação entre as pessoas. Definem-se através de seus comportamentos, atitudes, trabalhos e interesses na sociedade pública (CLAUDINO, 2015).

Segundo Grubits (2014) é crescente o número de mulheres que buscam as universidades, onde na maioria dos casos, elas mantem contato regular com sua comunidade. Tendo o cuidado de manter suas tradições, essas mulheres também contribuem para facilitar o ingresso de outros membros da família no ensino superior, demonstrando sua influência perante seu povo.

3.4.1 Mobilizações das mulheres indígenas brasileiras na luta por direitos

As mulheres indígenas brasileiras por muito tempo foram vítimas de diversos preconceitos, violência, humilhação, discriminação e desrespeito, não sendo vistas nem reconhecidas socialmente, inclusive na comunidade indígena a qual pertenciam.

Apesar das circunstâncias, a mulheres indígenas mostraram garra e perseverança na luta por seus direitos e na conquista por seu espaço. Essas mulheres têm se organizado e unido forças por meio de grupos, movimentos sociais, associações e departamentos, de modo que suas vozes sejam ouvidas e seus direitos sejam garantidos como todo cidadão.

Para Santos (2013, p. 1) as indígenas estão buscando seus direitos das mais diversas formas.

Quando buscam organizarem seus próprios espaços, sejam eles independentes, como organizações de mulheres indígenas ou ligados a departamentos dentro de organizações indígenas, já existentes, essas mulheres estão caracterizando novos espaços de representação política. Iniciado o processo de organização, tem-se além das próprias motivações das mulheres (busca por igualdade, representatividade, melhores condições de vida), o apoio e incentivo de instituições internacionais, como por exemplo, acontece com algumas organizações indígenas do Brasil.

As indígenas estão engajadas na luta por trabalho, educação, saúde, autonomia, respeito, igualdade, etc.

Observa-se que, na era contemporânea, as mulheres indígenas assumem o papel de líderes para defenderem e adquirirem direitos para seu povo. Lutam para que políticas públicas sejam instituídas para que, através delas, possam reivindicar, por exemplo, a demarcação das terras que, ancestralmente, pertencem a seus povos; leis que as defendam da violência física, como os abusos sexuais; da exploração da mão de obra; lutam para conseguir saúde e escolas para as crianças; enfim, que lhes sejam devolvidos o respeito e a dignidade, além do lugar que lhes foi usurpado desde a colonização na sociedade brasileira que ajudaram a construir. (KAUS; PERRUZO, 2012, p.37)

As mulheres têm participado dos mais diversos espaços de discussões, influenciando nas tomadas de decisão de seu povo e na sociedade em geral. Para Sacchi (2003) as mulheres indígenas têm participado, cada vez mais, de encontros, oficinas e conferências nacionais e internacionais promovidos pelas organizações indígenas e não-indígenas, isto tem lhes proporcionado troca de experiências, crescimento e fortalecimento dos grupos. Conforme Kaus e Perruzzo (2012) as próprias mulheres indígenas estão tomando a palavra em sua defesa, tornando-se visíveis para a sociedade contemporânea. Elas estão colocando no papel o que até então ficava somente na oralidade.

Na Região Sul, as mulheres indígenas têm participado de reuniões de planejamento com órgãos governamentais e suas principais reivindicações tem sido no sentido da ampliação do apoio da produção e comercialização do artesanato; construção e infraestrutura para funcionamento de padarias; cursos e salas de costuras; capacitação para as associações comunitárias, além de outras reivindicações referentes a realidade local (CASTILHO et al., 2008). Ainda de acordo com o autor, apesar de todas essas conquistas a violência contra as mulheres indígenas ainda são constantes. “As mulheres indígenas são vítimas constantes de violência, sendo os casos mais comuns de agressões físicas em situação de embriaguez do companheiro ou outras pessoas da família. Nesse sentido, é gritante a necessidade de reconhecimento e proteção da mulher indígena, e é perceptível que o Estado brasileiro tem demonstrado ações ainda muito incipientes voltadas para a mulher indígena.

Para Sparemberger e Colaço (2008) é necessário que a sociedade nacional e

internacional se comprometa a assegurar e valorizar em especial as mulheres indígenas, dando oportunidades de trabalho, reconhecimento à sua identidade, bem como a divulgação e efetivação e aplicação prática de seus direitos como mulher e como integrante das comunidades indígenas.

Diante deste contexto, e a partir da solicitação de integrantes do Comitê Territorial de Mulheres, mais precisamente pela Dona Brasília, foi levantada a possibilidade da criação de um coletivo de mulheres indígenas, para que pudessem discutir assuntos que despertasse a autonomia das mulheres indígenas, que trouxesse informação sobre diversas áreas, pois relataram que havia a necessidade de aproximação das mulheres com os aspectos mais políticos da comunidade, iniciou-se o trabalho de aproximação com a comunidade indígena, exclusivamente com as mulheres indígenas. Porém, antes de iniciar os encontros foi necessário a autorização, por escrito, da liderança indígena (Cacique) para que o grupo do NEDET pudesse realizar os encontros.

Para percorrer o caminho da criação do coletivo de mulheres indígenas, foram necessárias algumas reuniões de conhecimentos, vivências e experiências de grupos e pessoas que já haviam participado de ações semelhantes. Neste sentido, a equipe de assessores do NEDET, que já vinha compartilhando ações com outros Núcleos de extensão da UFSM, principalmente com a coordenação do Projeto de Extensão em Desenvolvimento Sustentável, iniciaram uma série de encontros na comunidade indígena com o propósito de criar, legalmente, o coletivo de mulheres indígenas e identificar os objetivos do coletivo e qual o papel na comunidade. Importante destacar a participação e apoio nas ações, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a qual sempre esteve presente, na pessoa da Maria, servidora da Funai, natural da Terra Indígena Guarita e colaboradora no processo da criação do Coletivo.

Primeiramente, nos meses de junho e julho de 2016, foram realizados encontros de formação com alguns dados de outros coletivos já existentes no Brasil, também foram levantadas as demandas das mulheres presentes nas reuniões e o que elas esperavam para o futuro das jovens meninas indígenas.

No dia 17 de agosto de 2016, mediante lideranças indígenas, representantes de instituições de ensino regionais e outras entidades apoiadores, foi instituído o Coletivo de Mulheres Indígenas, composto por uma coordenação, conselho fiscal e deliberativo, que tem como nome: **Coletivo Mulheres Fortes da Guarita**.

Figura 13 - Reunião de criação do Coletivo Mulheres Fortes da Terra Indígena Guarita/RS



Fonte: Arquivo NEDET/NORC, 2016.

Para a representante da FUNAI e das lideranças indígenas da TI Guarita, o objetivo da criação do coletivo é dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas mulheres indígenas na produção de alimentos agroecológicos e de sustentabilidade das famílias, com vistas à soberania e segurança alimentar de toda a comunidade; buscar informações sobre projetos de desenvolvimento local que envolva as mulheres; formação política e participação democrática nas instâncias da comunidade como também, no município de pertencimento.

A partir de sua criação, o Coletivo passou a ter participação em algumas organizações, tais como: cooperativas de produção, direção do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Território da Cidadania Noroeste Colonial, Conselho de Alimentação Escolar, entre outras. Neste sentido, os resultados obtidos, com a criação do Coletivo e a união das mulheres indígenas, corroboram com a visão Kaus e Peruzzo (2012) onde colocam que as mulheres indígenas assumem o papel de líderes para defenderem e adquirirem direitos para seu povo. Apesar desta iniciativa ser incipiente, no entendimento da equipe do NEDET, percebe-se interesse das lideranças indígenas masculinas em proporcionar para as mulheres espaços de liderança.

Para dar visibilidade ao Coletivo, a coordenação, juntamente com instituições apoiadoras, organizou o primeiro Encontro Estadual das Mulheres Indígenas, que ocorreu nos dias 10 e 11 de outubro de 2017, na Terra indígena Guarita, com a participação de mulheres de diversas terras indígenas do estado do Rio Grande do Sul, lideranças locais e regionais, onde foi um espaço de diálogo intercultural, de aprendizagem e trocas de experiências que fortalecem e oportunizam espaços democráticos de fundamental importância para o empoderamento das mulheres.

Figura 14 - Encontro estadual da Mulheres Indígenas, na Terra Indígena Guarita/RS



Fonte: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde Coletiva NEPESC/UFSM, 2017.

No decorrer do ano de 2016 e 2017 foram realizadas reuniões com a participação das integrantes da coordenação do coletivo para fins de estudos sobre temas específicos como: etnicidade, pertencimento, políticas públicas, entre outros. Para a realização dos estudos eram realizadas palestras e rodas de conversa com a participação de professores da UFSM, de instituições e entidades parceiras, como foi com a Guayú, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com sede em Porto Alegre/RS e que desenvolvia algumas atividades com as mulheres no Território em 2015. Também, nas reuniões, tinha um espaço para que as mulheres indígenas pudessem falar, colocar sobre as vivências individuais e coletivas. O objetivo dos encontros era de compartilhar saberes e experiências de sucesso com o grupo como forma de formação social. Também foram levantadas demandas de projetos de desenvolvimento local da comunidade, tais como: quintais produtivos, padaria comunitária, sala de costura e produção de roupas para a comunidade. Outra perspectiva levantada foi à produção de panificados para serem consumidos nas escolas indígenas. Isso poderia gerar a complementação de renda para as mulheres indígenas. As demandas foram levantadas pelas mulheres indígenas, através de diálogo com a equipe do NEDET e apontadas pelas participantes como sendo as ações prioritárias a serem desenvolvidas. A demanda de produção de roupas surgiu pelo motivo de já ter na área indígena, algumas máquinas de costuras, vindas através de um projeto do municípios, mas que naquele momento estavam sem uso e poderia ser aproveitadas.

Através das narrativas das mulheres indígenas, evidencia-se o desejo de criar possibilidades na comunidade, de manter a cultura viva e gerar oportunidade de participação para as mulheres, de geração de renda, sendo o foco principal da organização das mulheres indígenas, corroborando com Kaus e Perruzo (2012) quando falam que as mulheres indígenas

assumem o papel de líderes para defenderem e adquirirem direitos para seu povo. Elas lutam para que políticas públicas sejam construídas e implementadas na forma de leis que as defendam da violência física, abusos sexuais, exploração da mão de obra. Enfim, a forma organizativa das mulheres indígenas vem ao encontro nas necessidades de respeito, dignidade e reconhecimento pelo seu papel na comunidade.

Através das falas, nas reuniões, encontros e rodas de conversas, foi possível observar, que os principais desafios e objetivos das mulheres indígenas, pautam-se pela defesa dos direitos da família, especialmente o das mulheres, a luta por justiça e igualdade, a busca por qualidade de vida na comunidade, e isso, perpassa pelo acesso a educação, saúde e alimentação, a busca pelo acesso a políticas públicas que visam à sustentabilidade que garantam a gestão dos recursos naturais, a equidade de gênero, recuperação de terra e desenvolvimento econômico através da geração de renda com a venda do artesanato e alimentos produzidos para o consumo de suas famílias e comercialização do excedente.

Cabe aqui destacar Dona Brasília Ribeiro Freitas, uma liderança Kaingang, exemplo de participação é referência importante para as demais mulheres indígenas, e também não indígenas, que em seu discurso evoca as forças junto à natureza para seguir na luta com o seu povo, pela soberania e segurança alimentar e igualdade de gênero. Esta iniciou a sua militância há alguns anos junto ao seu povo concorrendo à eleição para cacique na Terra Indígena Guarita e a uma vaga na câmara de vereadores no município de Tenente Portela, no processo eleitoral de 2008. Com muita garra e determinação (pois relata as diversas tentativas), através de sua trajetória de vida, conquistou seu espaço político como liderança, reconhecida regional e nacionalmente. Durante os dois anos e meio de atuação do NEDET no Território, Dona Brasília nunca faltou às reuniões, estava sempre presente e motivando os demais participantes com suas palavras de ânimo e coragem na defesa das construções coletivas. Atualmente participa das reuniões de lideranças da Terra Indígena, onde sua presença nas reuniões é permitida(Dona Brasília foi ceita para participar da reuniões, pelas lideranças indígenas masculinas, há pouco mais de dois anos) e suas contribuições são colocadas em pauta para discussões pelas lideranças. Dona Brasília também faz parte de um grupo de mulheres indígenas a nível nacional, chamado de “Espaço de diálogo das Mulheres Indígenas” coordenado pela FUNAI, para discutir e fazer recomendações às políticas públicas direcionadas para as mulheres indígenas.

Com calma e convicção em suas palavras e posicionamentos, Dona Brasília participa ativamente da organização social da comunidade onde vive. Faz parte da diretoria de uma Cooperativa, onde a maioria dos associados é indígena, que organiza o comercializa os produtos

advindos da Terra Indígena Guarita. Ela também é a coordenadora do Coletivo de Mulheres Indígenas da Terra Indígena Guarita, onde com muito esforço e articulação, puxou todo o movimento para a criação deste grupo com o objetivo de dar sustentabilidade às lutas pela autonomia e maior participação das mulheres na vida econômica da comunidade. Faz parte do Núcleo Diretivo do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território da Cidadania Noroeste Colonial, entre outras posições de liderança e representações.

É sócia fundadora da Associação dos Produtos orgânicos, do Setor Três Soitas (que faz parte da terra Indígena Guarita) aldeia onde nasceu e reside atualmente. Neste trabalho, planeja e desenvolvem projetos autossustentáveis, para mais de 30 famílias indígenas, onde busca recursos para desenvolver atividades agrícolas para produção orgânica. Possui preocupação permanente com a preservação das sementes crioulas e tradicionais da cultura kaingang.

Dona Brasília tem 67 anos, 12 filhos, mora sozinha e cuida do seu pedaço de terra, onde foi a primeira mulher indígena da TI Guarita há obter documento da terra, o que lhe dá o direito de acessar p PRONAF, onde planta seu alimento e comercializa o excedente para o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE. Entre os alimentos produzidos estão: feijão, batata doce, mandioca, milho, frutas, verduras e tem criação de aves e suínos para subsistência. Acreditando que é possível produzir “comida de verdade”, Dona Brasília por aonde vai, defende a ideia da produção livre de agrotóxicos, com responsabilidade para com o outro e com o meio ambiente. Recentemente conquistou a certificação de produção agroecológica em sua propriedade.

O reconhecimento de Dona Brasília como liderança foi conquistado aos poucos. No início foi criticada, inclusive pelas mulheres da comunidade, mas ao passar dos anos a luta de Dona Brasília, junto às instâncias políticas, estava ganhando visibilidade e muitas políticas públicas estavam sendo aplicadas na Terra Indígena, graças a sua perseverança. Com o acesso a políticas como a posse da terra e o PRONAF pode fortalecer a produção de alimentos e consequentemente aumentar a sua renda. Em diversos momentos em suas falas, Dona Brasília reforça que: “não podemos perder a fé e a fé sem obras é morta. Temos que fazer a nossa parte, lutar pelos nossos direitos e nós mulheres, temos que lutar duas vezes, primeiro pra sermos ouvidas e depois pra sermos respeitadas”.

Dona Brasília teve participação na mesa do Encontro Estadual de Mulheres do Rio Grande do Sul (Figura 25) no ano de 2016, que foi organizado pelas assessoras territoriais de gênero, com o objetivo de oportunizar as mulheres enquanto protagonistas de mudanças, o debate sobre participação, organização e acesso às políticas públicas territoriais avaliando seus avanços e desafios.

Figura 15 - Brasília Ribeiro Freitas: auto- relato da trajetória de vida, no Encontro Estadual de Mulheres, realizado no Auditório do Incra/ MDA em Porto Alegre/RS, em março de 2016



Fonte: Arquivo NEDETNORC, 2016.

Na “Ciranda de vivências” durante a tarde deste encontro teve a representação de povos e comunidades tradicionais, indígenas, pescadoras e quilombolas, Dona Brasília falou representando o povo indígena e principalmente a mulher indígena e o momento foi bastante emocionante, pois houve o compartilhamento de experiências vividas, os preconceitos e lutas enfrentadas, bem como das conquistas já alcançadas pelas mulheres indígenas (direito a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), Registro da Terra em nome da mulher indígena,) e, a percepção do momento de incertezas que o país estava atravessando, com ameaças de retirada de muitas conquistas (o que veio a se concretizar alguns meses depois, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff, e na sequência o término das assessorias aos colegiados territoriais).

Os povos indígenas afligidos pela colonização, racismo, preconceito e intolerância, mantêm suas origens e bravamente lutam pela terra, igualdade e justiça. É necessário enfatizar que as mulheres indígenas necessitam ser reconhecidas, respeitadas e empoderadas, para que diferenças sejam minimizadas e a cidadania assegurada. E agora mais ainda, visto a nova conjuntura política em formação no país, com os anúncios da não continuidade das demarcações de terras indígenas e disseminação de preconceitos ao povo indígena.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a ação do Estado percebe-se que houve muitos avanços em relação aos processos de elaboração de políticas públicas para as mulheres nos últimos anos. Com a criação dos Programas Territórios Rurais/ Territórios da Cidadania, abriu-se um conjunto de possibilidades de intervenção do Estado no redesenho das políticas públicas e nos seus instrumentos de aplicação, no sentido de maior transversalidade, menor fragmentação, e maior potencial para estimular as possibilidades do desenvolvimento dos múltiplos espaços do país. Com isso, torna-se importante a análise desse processo pelo ângulo dos atores sociais, que ao seguir as suas práticas para analisar a trajetória das mulheres e os mundos de vida dos atores do TCNORC, foram evidenciando as diferentes formas do rural e, assim, as disputas no cenário local. Torna-se evidente quando em um mesmo território nos deparamos com realidades tão distintas dos na organização dos municípios em relação a políticas para as mulheres, como é o caso do município de Ijuí, que contempla diversos organismos governamentais de políticas públicas para as mulheres (Coordenadoria da mulher, Conselho Municipal da mulher, Casa de apoio, Delegacia de polícia para Mulher) e outros município que até 2017 (período final da coleta de dados desta pesquisa,) não possuíam nenhum organismo governamental de política pública para as mulheres.

Ao longo da pesquisa foi possível identificar espaços construídos e protagonizados pelas mulheres, as quais participaram de diversas atividades, plenárias de discussões de ideias no TCNORC. Com isso identificou-se o total de cinco momentos/espacos que deram direito a oz às mulheres do CNORC, quase sejam: a criação do Comitê Territorial de Mulheres, A Conferência Territorial de Políticas para as mulheres, O Encontro Multiterritorial de Gênero Cidadania e Participação Social, a participação no Colegiado Territorial, com paridade de Gênero e uma mulher na coordenação e a Criação do Coletivo de Mulheres Indígenas.

A implantação do Comitê, a realização da Conferência, a realização do Encontro de Gênero e a coordenação do CODETER foi a materialização de um longo trajeto de mobilização. Estes espaços construídos é um dos primeiros passos importantes dados do território, pois possibilita uma maior e efetiva participação das mulheres, proporcionando novas discussões e debates, trazendo para a pauta as reais necessidades das agricultoras na trajetória de uma efetiva participação das mulheres nas ações do TCNORC. A estas conquistas, consideramos um passo importante também, foi a construção do Coletivo de Mulheres Indígenas, que em cem anos da TI Guarita, esta foi a primeira tentativa e com êxito na efetivação do Coletivo.

A assessoria de gênero, recorte para este estudo no TCNORC, que analisou as dimensões do empoderamento das mulheres, visto como mecanismo de inclusão ao Desenvolvimento territorial rural da agricultura familiar do Território, revela-se como um instrumento de compreensão da realidade territorial. A aproximação aos atores permitiu conhecer, entender e participar da discussão de diversas práticas sociais, principalmente, aquelas focadas nas estratégias das mulheres quanto a participação nos espaços sociais de discussões de políticas públicas. E isso permitiu a percepção de alguns elementos que não era possível com a simples participação em plenária, em algumas horas, por exemplo, requer mais proximidade com as atrizes sociais para poder extrair aquilo que não é dito, como a violência, o não reconhecimento e a sobre carga laboral que as mulheres exercem.

Podemos destacar momentos das mulheres externalizarem suas questões. Aquelas que pouco se pronunciavam em encontros mais reservados, levantavam a voz e compartilhavam vivências e contribuía. A I Conferência Territorial de Políticas para as Mulheres foi o momento em que foram elencadas as demandas do território para o fortalecimento e empoderamento das mulheres. A partir das demandas, percebe-se que há grandes desafios pela frente, como: assegurarmos a participação de mais mulheres na política; universalizar o acesso das mulheres aos serviços de enfrentamento à violência; formação para as mulheres no objetivo de sensibilizar para a participação em espaços de poder, para citar alguns, entre tantas outras elencada na conferência.

Outro momento importante de diálogo (e de demonstração do protagonismo da mulher) foi no Encontro de Gênero, Cidadania e Participação Social, onde a partilha de experiência de mulheres que ocupam espaços de liderança, foi importante e significativo na busca do fortalecimento e encorajamento pra que cada vez mais se amplie os espaços para as mulheres. Naquele dia, diversas lideranças mulheres que ocupam função política, como vereadoras, vice-prefeita, secretárias de municípios, lideranças sindicais, religiosas, indígenas, movimento LGBT, Movimento das Trabalhadoras Desempregadas, se fizeram presente encorajando as 350 participantes a lutarem pelos seus espaços, contribuindo com o empoderamento político e corroborando com o que preconizam Camurça e Gouvea (2004) onde ressaltam que é necessário que as mulheres façam ação política, compreendendo que o conceito de fazer ação política é transformar um problema particular e privado em problema público e coletivo e fazer política o de ocupar o espaço público do debate, da manifestação, das ruas e das praças.

No caso das construções acompanhadas pelo NEDET no TCNORC, analisando o período estudado, que foi de 2014 a 2017, as mulheres saíram de uma condição passiva, de baixa participação nos espaços do CODETER, com apenas duas representantes à uma

condição ativa, com 30 participantes no CODETER ao final de 2017, com a coordenação exercida por uma mulher, com Comitês Territoriais de jovens e de indígenas com paridade de gênero. No entanto, Fischer (2006) defende que o protagonismo da mulher evidencia sua condição de sujeito e sinaliza a construção de uma ideologia em que novos valores emergem no meio social, influenciando a relação de gênero. Neste sentido a prática política das mulheres no Território, constitui oportunidade de educação política e de orientação, elementos que podem contribuir para promover sua autodeterminação na medida em que viabilizam novas formas de consciência e a crítica às regras impostas pela dominação masculina. E isto, apresenta-se como preocupação e a sensação de perdas importantes para aquele Território, visto que a política pública dos NEDETS é política de governo e não de estado e que, os atores sociais, principalmente do meio rural, necessitam do apoio nas articulações dos atores para que se mobilizem e assim tenham continuidade em suas buscas.

Em relação ao empoderamento político, que diz respeito não só à representação equitativa de mulheres em estruturas de tomada de decisão, tanto formais quanto informais, mas também ao seu direito à voz na formulação de políticas que afetam a sociedade na qual estão inseridas, pode-se dizer que teve avanços importantes na formulação de políticas públicas com relação ao acesso ao PROINF mulher em 2016 e também pelo fato de os assuntos relacionados as mulheres estarem na pauta de discussão do Território, pode-se considerar como avanço nas construções coletivas.

No entanto, para mudar prioridades de investimentos em desenvolvimento, torna-se fundamental a representação de mulheres que estabeleçam relações críticas, que busquem através dos movimentos sociais em seus municípios, o fortalecimento e informações para aprender e mudar as regras do “jogo” de tomada de decisão e, dessa forma, ganhar espaço nas arenas de tomadas de. Este estudo buscou medir a dimensão do empoderamento político utilizando dados sobre o número de mulheres que participavam do CODETER, e destas, quantas participavam nos espaços de decisão do CODETER.

Desta forma o CODETER, e sua nova configuração, estabelecida em dezembro de 2016, é composto por 40 integrantes, sendo 21 mulheres e 19 homens.

No empoderamento político a ausência de mulheres nos espaços de lideranças significa inevitavelmente que prioridades regionais e locais (como só recursos são alocados) são definidas sem participação significativa de mulheres, cuja experiência de vida em relação aos homens proporciona a elas uma compreensão diferenciada das necessidades, preocupações e interesses.

Assim, o objetivo de compreender as formas pelas quais tem se dado o empoderamento das mulheres que protagonizam as atividades realizadas no Território da Cidadania Noroeste Colonial/RS, foi dando consequência ao próprio debate sobre o desenvolvimento. Em outras palavras, ao seguir as práticas das atrizes sociais para analisar a trajetória e as experiências e os mundos de vida dos atores foram evidenciando as formas heterogêneas no rural e, assim, as disputas dos atores, no cenário local, com paradigmas e padrões dominantes. Este aspecto fica evidente, quando os atores mobilizados através NEDET, mesmo utilizando de diversas estratégias para a mobilização de atores de diferentes segmentos, algumas destas e destas podem estar isolados, sem condições de se empoderarem e protagonizarem as negociações nos espaços do CODETER. Mas para que o isolamento não aconteça, é necessário ter continuidade nas políticas públicas que mobilizam o rural e coloquem este universo no caminho do desenvolvimento, pois de acordo com Ploeg (2003) Os atores sociais são vistos como participantes ativos que processam informações e utilizam estratégias nas suas relações com outros atores locais, e o mesmo acontece com as instituições e pessoas externas.

Neste sentido, Fischer (2006) defende que o protagonismo da mulher evidencia sua condição de sujeito e sinaliza a construção de uma ideologia em que novos valores emergem no meio social, influenciando a relação de gênero. A prática política das mulheres nos movimentos sociais, especialmente na luta pela terra, constitui oportunidade de educação política e de orientação, elementos que podem contribuir para promover sua autodeterminação, á medida que viabilizam novas formas de consciência e crítica às regras impostas pela dominação masculina.

No entanto, no momento em que atrizes do território estavam se mobilizando e entendendo a importância de se ter um planejamento e organização coletiva, pautando políticas públicas e passando, gradativamente, a compreender o território como espaço vivido e não somente como produtivo, ocorre a mudança de presidente do país e a mudança de projeto de governo, que impactou diretamente o segmento da agricultura familiar, com a extinção do MDA e a extinção do Ministério das Mulheres, ficando os temas referentes à pasta a serem discutidos

no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania. O comprometimento das construções nos Territórios torna-se evidente, uma vez que a política territorial não é uma política de estado, reflete diretamente na base social dos Territórios.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, L. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as mulheres: Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas.** Brasília: CEPAL/SPM, 2004.
- BRASIL. [Constituição Federal (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 out. 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável para o Brasil.** Brasília: MDA/SDT, 2005b.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Territórios da cidadania: Brasil 2008.** 2008. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Gestão de Territórios Rurais: MDA/ SDT/ CNPq Edital 005/2009.** 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2CZcPpj>. Acesso em: 02 ago. 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Coordenação Geral de Órgãos Colegiados. **Orientações para constituição e funcionamento dos colegiados territoriais.** Brasília, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2qr9iso>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios da cidadania: Brasil 2008.** Brasília, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2qyrnFj>. Acesso em: 22 Jul. 2018.
- BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. **Relatório de Balanço Programa NEDET.** Brasília, 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). **Perfil Territorial.** Elaboração: CGMA, mai 2015. Disponível em <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/>. Acesso em 20 out. 2018.
- BRITTO, C. C. Conceito de território rural e políticas públicas e sua evolução histórica nos governos FHC e Lula. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 22, n. 72, maio/ago. 2017, 173-192.
- BUTTO, A. et al. (Org.). **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania.** Brasília: MDA, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2yMVSe6>. Acesso em: 16 ago. 2018.
- CAMURÇA, S.; GOUVEIA, T. **O que é Gênero.** 4. ed. Recife: Instituto Feminista para a Democracia, 2004. (Cadernos SOS CORPO, 1).
- CASTILHO, E. W. V., PAULA, L. R., FREITAS, M. I., VERDUM, R., SOUZA E SILVA, S. E.; KAXUYANA, V. P. P. (2008). **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas.**

Brasília: Inesc. 98 p. Disponível em:
file:///C:/Users/Usuario/Desktop/LIVRO%20MULHERES%20INDIGENAS1.pdf. Acesso em: 21 out. 2018.

CANÇADO, A. C.; TAVARES, B.; DALLABRIDA, V. R. Gestão social e governança territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 9, n. 3, p. 313-353, set./dez. 2013.

CLAUDINO, C. . **O Papel Social da Mulher Kaingang da Terra Indígena Guarita**. 62f. Monografia (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015. Disponível em:
<http://licenciaturaindigena.ufsc.br/files/2015/04/Cleci-Claudino.pdf>. Acesso em: 21. Out. 2018.

CÓRDOVA, F. P.; SILVEIRA, D. T. A Pesquisa Científica. *In*: GERHARDT, T. E. E SILVEIRA, D. T. (Org). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-43.

DALLABRIDA, V.R. Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. *In*: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS CODE, 1., 2011, Brasília. **Anais[...]**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2JCbYwa>. Acesso em: 22 out. 2018.

DECKERT, C. T. **A gestão social no Território da Cidadania Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2012.

DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P. **Desenvolvimento territorial**: articulação de políticas públicas e atores sociais. IICA-OPPA/CPDA/ UFRRJ. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2FenzDI>. Acesso em: 22 out 2018.

DELGADO, N. G; GRISA, C. Governança territorial, dinâmica institucional e protagonismo social territorial: revisitando um percurso metodológico seguido pelo Oppa/CPDA no marco dos estudos territoriais. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 48-66, dez. 2015.

DELGADO, N.; LEITE, S. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. *In*: DELGADO, N.G; LEITE, S.P (Org.). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília, IICA, 2011. p. 89-130. (Desenvolvimento Rural Sustentável, 14).

DELGADO, N.; LEITE, S. O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

DELGADO, N.; LEITE, S. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 431-473, 2011.

DINIZ, E. Governabilidade, governance e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma. **Revista do Serviço Público**, v. 120, n. 2, mai-ago, 1996.

ECCO, I.; BRESOLIN, P. Pedagogia da alternância e casa familiar rural agroflorestal alto Uruguai: uma prática de interações, saberes e aprendizagens. **Vivências**, v. 6, n. 10, p. 448-455, maio 2010.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004.

FISCHER, Isaura R. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL – FEM. **Empoderamento de mulheres**: avaliação das disparidades globais de gênero. Genebra, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2qpWYsD>. Acesso em: 22 jun. 2018.

FRIEDMANN, J. **Empowerment**: uma política de desenvolvimento alternativo. Celta: Oeiras, 1996.

GAZOLLA, M. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais**: cadeias curtas das agroindústrias familiares. 2012. 294 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GIDDENS, A. **The constitution of society**: an outline of the theory of structuration. Cambridge: Polity Press, 1984.

GOMES, A.P.; DINIZ, N.M.F.; CAMARGO, C.L.; SILVA, M.P. Homens E Mulheres Em Vivência De Violência Conjugal: Características Socioeconômica. **Rev Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre (RS), v. 33, n 2, p.109-116, jun 2012.

GRUBITS, S. Mulheres indígenas brasileiras: educação e políticas públicas. **Revista Psicologia & Sociedade**, Campo Grande, MS, v. 26, n. 1, p. 116-125, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/13.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, ano 9, n. 17, p. 17-49, 2007.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O Território em Tempo de globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**, Niterói, v.1, n, 2, p. 39-52, ago. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2qrEybl>. Acesso em: 15 Ago 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em 25 ago 2018.

KAUSS, V. L. T; PERUZZO, A. A Inserção da Mulher Indígena Brasileira na Sociedade Contemporânea através da Literatura. **Revista Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 6, n. 2,

p.32-45, jul./dez, 2012. Disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/index.php/EpacoAmerindio/article/view/31868/23619>. Acesso em: 25 Ago 2017.

LISBOA, T. K. O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In: FAZENDO GÊNERO: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8. , 2008, Florianópolis. **Anais[...]**. Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2PI2jGI>. Acesso em: 20 ago. 2018.

LONG, N.; PLOEG, J. D. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011. p. 21-48.

LONG, N. **Development sociology**: actor perspectives. London: Routledge, 2001.

LONG, N. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. San Luis de Potosí/México: El Colegio de San Luís, 2007.

LONG, N. Development studies. In: KUPER, J. (Ed.). **Key topics of study**. London: Routledge, 1987.

MEYER, D. Mulher sem-vergonha' e 'traidor responsável': problematizando representações de gênero em anúncios televisivos oficiais de prevenção ao HIV/AIDS. **Revista Estudos, Florianópolis**, Feministas, v..12, n.2, maio/Agosto, 2004.

MUNICIPIO DE IJUI. **Coordenadoria da Mulher**. Ijuí, 2017. Disponível em: http://www.ijui.rs.gov.br/deptosecoords/coordenadoria_da_mulher. Acesso em 26 Ago 2017/Jul 2018.

MUNICIPIO DE TENENTE PORTELA. **Histórico**. Tenente Portela, 2016. Disponível em: <http://www.tenenteportela.rs.gov.br/paginas/historico>. Acesso em 20 mar. 2016.

NIEDERLE, Paulo André. Política local e a trama das relações de poder no desenvolvimento territorial. In: CAVALCANTE, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. (orgs.). **Participação, território e cidadania**: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife: Editora UFPE, 2014.

OLIVEIRA, H. et al. Política territorial e objetivos de desenvolvimento sustentável: sem democracia não há desenvolvimento sustentável, nem esperança para os territórios rurais do Brasil. **Plataforma Política Social**, n. 29, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2pYqgOI>. Acesso em: 26 Abril 2018.

ORTUÑO, J. H. **Mulheres rurais e a construção da autonomia**: as práticas e a ação coletiva das Bruxinhas de Deus em Cristal do Sul, RS. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

SISTEMAS DE CONVÊNIO - SICONV. **O que são emendas parlamentares.** Disponível em: <http://siconv.com.br/o-que-sao-emendas-parlamentares>. Acesso em 10/10/2018.

ROLIM, S. T. **Iniciativas e ações da casa familiar rural de Catuipe, no combate ao êxodo rural.** 2013. Trabalho de conclusão (Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural a Distância) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

SANTOS, H. N. Mulheres indígenas organizai-vos: estudo comparativo sobre organizações de indígenas no Paraguai, Brasil e Bolívia (1960-2008). *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 27., 2013, Natal. **Anais[...]**. Natal: ANPUH, 2013.

SANTOS, L. M. R. dos; OLIVEIRA, E. R. S. dos S.; COSTA, J. E. da. Execução do PROINF nos Territórios da Cidadania do Agreste e do Litoral Norte do estado de Alagoas: Contradições e similaridades. *In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 23., 2016, São Cristóvão. **Anais [...]**. São Cristóvão, UFS, 2016.

SANTOS, M. Território e dinheiro. **GEOgraphia**, Niterói, v.1, n. 1. p. 7-13, 1999.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. *In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.* São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SARTI, C.A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970:: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12 n.2 p. 264, maio-agosto/2004.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, a 6, n.11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Os atores entram em cena. *In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. v. 1, p. 11-17.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** Recife: SOS Corpo, 1995.

SILVA, J.A. da. **PROINF no território da cidadania do médio sertão de Alagoas: um caminho para o desenvolvimento territorial rural?** 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2Dm6LIJ>. Acesso em: 23 jul. 2018.

SOARES V. A longa Caminhada: a construção de Políticas Públicas para a igualdade entre homens e mulheres. *In: BITTAR, J. (org.). Governos estaduais: desafios e avanços.* São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

SOUZA, S. P. de. **Políticas públicas e desenvolvimento territorial: o Programa Territórios da Cidadania no estado de São Paulo.** 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de

Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente: UNESP, 2015.

SOUZA, J. V. A. de. Pedagogia da alternância: uma alternativa consistente de escolarização rural? *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPAD*, 31., 2008, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPAD, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2zrHtEJ> . Acesso em: 23 jul 2018.

SPAREMBERGER, R. F. L. ; COLAÇO, T. L. (2008). O direito das minorias na Constituição Brasileira: o papel das mulheres indígenas na preservação ambiental de suas comunidades. *In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI*, 2008, Florianópolis. **Anais eletrônicos[...]**. Florianópolis, 2008.

ZIMMERMANN, S. A. A abordagem territorial nas políticas públicas brasileiras e a pobreza rural: um olhar a partir de estudos de caso. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v.9, n. 18, p. 1-23, jun., 2014.

ANEXO A – CONVITE PARA O ENCONTRO DE ORGANIZAÇÃO DO COMITÊ DE MULHERES DO COLEGIADO TERRITORIAL



CONVITE PLENÁRIA PROINF-2015

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial – **CODETER**, juntamente com o **NEDT** – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território da Cidadania Noroeste Colonial/RS, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, VEM mui respeitosamente convidar as integrantes do **COMITÊ DE MULHERES RURAIS** do Território da Cidadania Noroeste Colonial/RS para participar da **PLENÁRIA DO PROINF-2015**, a ser realizada no Instituto Federal Farroupilha de Santo Augusto/RS.

Pauta da Plenária do colegiado

- ✓ Abertura da plenária;
- ✓ Carta de apresentação do Comitê de Mulheres Rurais do TC-NORC/RS;
- ✓ **CONSAD** – Apresentação e propostas de adesão;
- ✓ Propostas PROINF-2015;
- ✓ Deliberação sobre as propostas do Proinf-2015;
- ✓ Encaminhamentos gerais.


Data: 31 de julho de 2015

Horário: 13h30min às 16h30min

Local: Instituto Federal Farroupilha – IFF, campus Santo Augusto/RS, Auditório.
Rua Fabio João Andolhe, n.º 1100. Bairro Floresta.

Palmeira das Missões, 24 de julho de 2015.


 Coord. Prof. Airton Luis Cossetin
 Coordenador do CODETER
 Prefeito de Ajuricaba


 Prof. Dr. Antonio Joreci Flores
 Coordenador do NEDT
 Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
 Território da Cidadania Noroeste Colonial-RS
 Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

ANEXO B – CARTA DE APRESENTAÇÃO DO COMITÊ TERRITORIAL DE MULHERES



NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – NEDT
Território da Cidadania Noroeste Colonial/RS – Cadastro CNPq n.º 462862/2014-3

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - NEDET
TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO NOROESTE COLONIAL – TC-NORC/RS

CARTA DE APRESENTAÇÃO

COMITÊ TERRITORIAL DE MULHERES RURAIS

Ilmo. Sr. Airton Luis Cossetin
Coordenador do CODETER
Prefeito do Município de Ajuricaba

Palmeira das Missões/RS, 31 de julho de 2015.

O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDT, enquanto núcleo de Pesquisa e Extensão, objetiva apoiar e aproximar espaços de diálogo e articulações com as experiências e a participação dos diversos atores sociais no Território. Nesta perspectiva, suas ações visam o fortalecimento das organizações e participação social, bem como, atividades voltadas para inclusão produtiva e de articulação de políticas públicas integrantes no Território.

Neste contexto, encontram-se as mulheres rurais que apresentam uma diversidade de lugares sociais - mulheres do campo, das florestas e das águas, ribeirinhas, pescadoras, quilombolas, extrativistas, indígenas, jovens, dentre outras. Esta diversidade retrata ao mesmo tempo, uma grande riqueza de experiências e, também, inúmeras desigualdades sociais que refletem no pouco acesso às políticas públicas de bem-estar social, voltadas para a questão de gênero.

Com o objetivo de fortalecer e dar visibilidade às experiências das mulheres rurais, ao mesmo tempo, estreitar as concepções e as práticas igualitárias da dimensão territorial, uma vez que as mulheres estão presentes nas diversas formas de articulação, mobilização, gestão e representação de instâncias dos Territórios, organizou-se no Território da Cidadania Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul o Comitê Territorial de Mulheres Rurais.

Após discussões regionais, realizadas no dia 26 de março de 2015 no município de Ijuí e, no dia 09 de maio no município de Três Passos, consolidou-se no dia 09 de maio de 2015, nas dependências do Auditório do Instituto Federal Farroupilha, campus Santo Augusto, o Comitê Territorial de Mulheres Rurais, constituído por representantes de diversos segmentos e organizações representativas e de mulheres rurais do território.

Continuação da Carta de Apresentação do Comitê Territorial de Mulheres



NUCLEO DE EXTENSAO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – NEDT
Território da Cidadania Noroeste Colonial/RS – Cadastro CNPq n.º 462862/2014-3

Esta ação reforça a estratégia de priorizar e reconhecer nas ações territoriais, as mulheres enquanto sujeito político e protagonistas de suas histórias de transformação social e empoderamento político e econômico.

Neste sentido, o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial, vem muito respeitosamente apresentar ao Sr. Coordenador do CODETER e demais membros deste colegiado, o COMITÊ TERRITORIAL DE MULHERES RURAIS DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA NOROESTE COLONIAL/RS, para que, a partir deste ato, passe a compor o Colegiado Territorial, com o objetivo de dar visibilidade as demandas sociais e produtivas das mulheres rurais do território, possibilitando espaço de reflexão, debate e participação efetiva.

Segue abaixo, tabela com a composição do Comitê Territorial de Mulheres Rurais.

Tabela 1 Comitê Territorial de Mulheres Rurais

Nome	Entidade
Fátima M. Marrone Rosa Lopes	Unijuí,
Ivete Which	SINTRAF-FETRAF
Eni Back	FETRAF CELEIRO
Simone Galli	SINTRAF
Brasília Ribeiro	Terra Indígena Guarita
Táise Ediane Becker	SINTRAF
Isabel Arbo	Emater- RS,
Marcia Muller	Câmara V. Tenente Portela
Francieli Rosseti	Agricultora- Cooperfamiliar
Elisiane Rodrigues	Clube Mães
Regina Gójes Emílio	Educação indígena
Pricila Góre Emílio	Saúde indígena
Yeda Godoi	Assistência Social
Albertina Weloj	MST
Neide M. Durcks	17º Coordenadoria de saúde
Ivanir Kuchack	STR
Asta da Silva	Comissão Regional de Mulheres
Mônica Martins da Trindade	Regional Sindical de Jovens
Susane de Fátima Pereira	Casa Familiar Rural
Rosemere H. do A. Marques	Agricultora- Coopercampo- Jóia
Fernanda Cabral	UFSM/ CESNORS
Rosana Tenroller	Câmara Vereadores de Ijuí
Eronita Marques	Unijuí
Elaine Marisa Andriolli	NEDET

Atenciosamente,

Prof. Dr. Antonio Joreci Flores
Coordenador do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
Território da Cidadania Noroeste Colonial-RS
Universidade Federal de Santa Maria
NEDET- Noroeste Colonial

Elaine Marisa Andriolli
Assessora Territorial de Gênero
Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
Território da Cidadania Noroeste Colonial-RS
NEDET- Noroeste Colonial

ANEXO C – CONVITE I CONFERÊNCIA TERRITORIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES



I CONFERÊNCIA TERRITORIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
TERRITÓRIO DA CIDADANIA NOROESTE COLONIAL
MAIS DIREITOS, PARTICIPAÇÃO E PODER PARA AS MULHERES



16
 Setembro
 2015

Local : Clube da Saudade - Campo Novo/RS
Horário: 8h30min às 16h30min
Inscrições: Na EMATER/RS - ASCAR de seu município

Apoio: Colegiado de Desenvolvimento Territorial, CMDM de Campo Novo e entidades do Território

